

ASPECTOS DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO EM ITABAIANA (1988-2014)

Elizabeth de Souza Oliveira¹

Resumo: O presente artigo realiza uma análise sobre a municipalização do ensino no município de Itabaiana, Sergipe. Este estudo baseou-se na vertente da historiografia, História do Tempo Presente, no campo da História da Educação. Investigou-se como a municipalidade se organizou para garantir a oferta da educação entre o período de 1988 a 2014. Este recorte temporal compreende a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidada pela Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este trabalho está organizado em dois movimentos para entender o processo de municipalização: no primeiro, buscou-se identificar e analisar a distribuição da malha escolar municipal, os possíveis programas de financiamento criados para contemplar a rede municipal de educação, a relação entre a rede municipal e estadual, as formas de seleção e formação continuada de professores, as metodologias de organização pedagógica da rede municipal e o uso dos recursos públicos destinados à educação; no segundo, buscou-se analisar o rendimento escolar e o correlacionar com o fracasso escolar e, também, a associação deste primeiro tema com a questão de gênero por meio da conexão com a localidade. Os procedimentos metodológicos adotados para tornar possível o estudo foram os contatos com a Secretaria Municipal de Educação, as leituras e análises da documentação existente, visita as unidades escolares, consulta aos dados estatísticos do Governo Federal. Ao término deste artigo, esperou-se contribuir para que a própria municipalidade obtivesse uma melhor reflexão sobre suas práticas e em que pontos isto pode alcançar mudanças que propiciaram melhorias no serviço prestado à população.

Palavras-chave: História do Tempo Presente. Municipalização do ensino. História das políticas públicas em educação.

Abstract: This article presents an analysis about the municipalization in the municipality of Itabaiana, Sergipe. This study was based on the historiography strand, History of Present Time, in the field of History of Education. It was investigated how the municipality organized to guarantee the offer of the education between the period of 1988 to 2014. This temporal cut includes the promulgation of the Federal Constitution of 1988, consolidated by Law 9,394 / 96 that establishes the Guidelines and Bases of National Education. This work is organized in two movements to understand the process of municipalization: in the first, we sought to identify and analyze the distribution of the municipal school network, the possible financing programs created to contemplate the municipal education network, the relationship between the municipal network and the state, the forms of selection and continuous formation of teachers, the methodologies of pedagogical organization of the municipal network and the use of the public resources destined to the education; in the second, we sought to analyze school performance and to correlate with school failure, as well as the association of this first theme with the question of gender through the connection with the locality. The methodological procedures adopted to make possible the study were the contacts with the Municipal Department of Education, the readings and analyzes of the existing documentation, visits to the school units, consultation with the Federal Government statistical data. At the end of this article, it was hoped to contribute to the municipality itself obtaining a better reflection on its

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: eliza.oliveira.58@gmail.com

practices and in which points this can achieve changes that provided improvements in the service provided to the population.

Keywords: History of Present Time. Municipalization of education. History of public policies in education.

1 Introdução

Esta pesquisa apresentará uma discussão sobre a história da municipalização do ensino em Itabaiana, município localizado em Sergipe, Baseia-se na vertente da História do Tempo Presente, denominada deste modo pela proximidade do historiador com os acontecimentos analisados. Deste modo, será apropriada esta ideia na pesquisa, já que esta abrange o período de 1988 a 2014. Na História da Educação do Tempo Presente, conforme Afonso Scocuglia (2011), mostra-se importante para pesquisas históricas-educacionais, uma vez que a consolidação desta vertente historiográfica reverberou também nas transformações no campo da História da Educação, pois, como aborda Scocuglia (2011), existe uma expansão de objetos e períodos que podem ser trabalhados, assim como a quantidade de fontes. É assim, para o autor, que a História da Educação do Tempo Presente precisa ter uma nova epistemologia.

Esta pesquisa visa seguir os aspectos da História do Tempo Presente no campo da História da Educação que trabalha, basicamente, com as rupturas que modificam as estruturas no cenário educacional, abordando, principalmente, as possíveis mudanças sociais que foram se perfazendo durante o período selecionado.

A ruptura que marcará o ponto de partida para tratar as mudanças sociais a partir da educação será a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco que trás a tona a municipalização, que, por sua vez, incumbiu os municípios com a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Deste modo, os municípios agora teriam que construir seus sistemas de ensino, o conceito desse sistema de ensino seria, conforme Sari (2015), um conjunto de instituições de educação escolar, pública ou privada, e de órgãos educacionais, executivos e normativos.

Os procedimentos metodológicos feitos para possibilitar o desenvolvimento do estudo partiram das leituras de obras relacionadas com o tema principal, tornando possível entender o processo de municipalização, a formação do município de Itabaiana, a história da educação, a criação de políticas públicas voltadas para melhoria da educação. Assim como foi possível entender o termo “fracasso escolar” e suas interpretações para que assim pudessem ser aplicadas aos dados localizados.

As fontes, por sua vez, possuem uma grande importância como ferramenta no desenvolvimento de estudos. Com elas o estudo tem maior autenticidade na sua reconstrução. Logo elas devem ser colhidas, selecionadas e estudadas para assim contextualizar com o estudo em pauta, conforme Lopes e Galvão (2001, p.77). Trabalhar com perspectiva da História do Tempo Presente trás um leque de fontes, consoante ao que Afonso Scocuglia (2011) abordado no seu artigo, porém nesta pesquisa irei concentrar-me nas fontes documentais, como diários escolares, censos, estatísticas, documentos do ato de criação de escolas. Tais fontes puderam ser localizadas a partir do contato da Secretária Municipal de Educação de Itabaiana, Secretária de Gestão de Pessoas. Também serão utilizados os repositórios on-line, como sites do governo.

Portanto, o contato com a Secretaria Municipal da Educação foi fundamental para a obtenção dos dados existentes sobre as atuais 57 escolas, como o nome, localização, ano de fundação, censos atuais das escolas, resultados da Prova Brasil e as escolas que participam deste. Com a Secretaria de Administração e de Gestão de Pessoas foram recolhidos dados sobre os professores do município que ingressaram após 1988 e que a partir de 1997 tornaram-se efetivos por meio de concurso público. Já no Arquivo Central o contato foi de muita utilidade para a obtenção de dados referentes aos anos de 1988 a 1996. Por fim o contato com algumas escolas teve de ser realizado para obter a data de fundação, já que parte destes a Secretaria da Educação não obtinha no seu sistema.

Quanto à divisão da pesquisa, em um primeiro passo será compreendida a identificação e análise: da distribuição da malha escolar municipal; dos possíveis programas de financiamento criados para implementação da rede municipal de educação; das formas de seleção e formação continuada de professores; das metodologias de organização pedagógica da rede municipal; e, por fim, do impacto sócio populacionais nas comunidades atendidas pela nova rede de escolas. Estas análises serão elaboradas durante o período demarcado pela pesquisa, de 1988, marco da promulgação da CF de 1988, até 2014.

Na segunda parte da pesquisa buscar-se-á assimilar a municipalização com o rendimento escolar no município de Itabaiana. Logo, será explicado o termo “fracasso escolar” para que se entenda melhor o seu significado deste termo e quais as causas para tal. Após esta primeira explanação será elaborada uma análise dos dados encontrados quanto ao rendimento escolar do município de Itabaiana: aprovação, reprovação, evasão e transferência. Ainda com os dados colhidos foi elaborada uma análise dos mesmos, para que depois seja

possível prosseguir com a relação de gêneros, do urbano x rural e, por fim, apresentar as possíveis assimilações em relação à municipalização com o rendimento escolar.

Ainda na segunda parte da pesquisa foi utilizada a mesma demarcação temporal, 1988 a 2014, todavia dentro desta demarcação foi feita uma delimitação dos anos, ou melhor, foram selecionados quatro anos para que houvesse um espaço temporal suficiente para verificação de modificações no rendimento dos alunos. Os anos são: 1988, marco da CF de 1988; 1997, ano em que já estava em vigor a LDB 9.394/96; e os anos de 2005 e 2014 foram escolhidos como forma de ver os resultados e assim interpretá-los.

Como outra medida delimitadora da pesquisa foram, ainda, selecionadas seis escolas como espaço para as análises. A seleção foi estabelecida através da quantidade de alunos por escola, participação da Prova Brasil e, por fim, pela data de fundação, que deveria ser antes ou no ano de 1988.

Então, com base nas leituras e o contato físico com dados que estavam disponíveis, faço aqui as relações necessárias para entender como se deu a municipalização no município de Itabaiana. Conforme o trabalho de campo foi sendo realizado, as vicissitudes da pesquisa determinaram restrições nestes objetivos por motivos a ser esclarecidos adiante.

1.1 Breve história de Itabaiana Grande

O Município de Itabaiana está localizado no agreste sergipano, e possui uma área de 337,295 km², ocupando a parte central do Estado de Sergipe, na qual está a 54 km de distância da capital, Aracaju. De acordo com a estimativa de 2017 feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população de 95.196 habitantes. Na microrregião do agreste em que Itabaiana está integrada estão os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Macambira, Moita Bonita, Malhador e São Domingos. Desta microrregião Itabaiana está localizada no centro, o que a torna um ponto comercial estratégico e privilegiado.

A conquista de Sergipe ocorre através da conhecida Guerra de Sergipe contra os nativos de 1689 a 1590 que, por sua vez, foi comandada por Cristóvão de Barros. Após o êxito foram distribuídas as sesmarias (pedaços de terras que eram passados para aqueles que obtivessem mérito e interesse de cultivar) entre alguns participantes da expedição como forma de incentivar a colonização. Ayres da Rocha Peixoto foi o primeiro a receber terras em

² Fonte: Retirada do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sua última atualização em 2016.

Itabaiana, e o seu sítio, não muito produtivo, ficou conhecido como Caatinga de Ayres da Rocha Peixoto.

No século XVII, em 1665, há a criação da Irmandade das Almas, e logo depois surgiu o primeiro aglomerado humano em Itabaiana, na qual recebeu o nome de Arraial de Santo Antônio, em homenagem ao Santo que era cultuado. Em 1668, a Caatinga de Ayres da Rocha Peixoto já pertencia a outro proprietário, o Vigário de São Cristóvão, Padre Sebastião Pedroso Góis, que em 1675 vendeu a Caatinga à Irmandade das Almas, no qual foi construída a nova igreja.

A antiga Igreja da Irmandade das Almas era construída em um território que não era da Irmandade. Então, por não poder comprar o terreno em que estava localizada a Igreja, foi conduzido a comprar a Caatinga de Ayres da Rocha Peixoto em 1675. A compra possibilitou também a formação do centro urbano de Itabaiana, que se iniciou as atividades de pecuária e agricultura.

Dessa venda surgiu a lenda do Santo Antônio Fujão, em que propositalmente o Santo era retirado frequentemente da Igreja Velha e conduzido à Caatinga de Ayres da Rocha Peixoto. De acordo com a história do município, quem retirava o Santo era ou o próprio dono, Padre Sebastião Pedroso Góis, ou mesmo pessoas ao seu mando, colocando-o numa quixabeira onde hoje está situada a Igreja.

A fuga do Santo Antônio era para instigar a ideia nos colonos de que o Santo queria que a Igreja fosse erguida devidamente neste lugar. Após a compra deste local, em 30 de outubro de 1675, houve a criação da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Esta foi a segunda freguesia criada em Sergipe, sendo a de São Cristóvão a primeira.

Após a criação da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana houve um lento, porém grande, crescimento populacional. Essa região, que já era conhecida pelo nome Itabaiana, elevou-se a condição de vila em 20 de outubro de 1697. O autor Vladimir Souza Carvalho explica através de uma citação referente à Washington Luís, que existe uma diferença entre a condição de povoado e vila.

As povoações eram quaisquer lugares habitados, sem nenhuma jurisdição administrativa ou judiciária. (...) Foi sempre esse o conceito jurídico de vila, em todos os tempos. “Vila, povoação de menor graduação que cidade e superior a aldeia, tem juiz, câmaras, pelourinho” (Pereira e Souza, Dicionário Jurídico, verbo vila), era já uma parte da administração e da justiça local, emanada do poder real (do rei absoluto) e só cabia a este criar ou autorizar a criar. (...) A palavra povoação não significa vila; nem povoar significa fazer vila. (...) (CARVALHO, p. 131, 2009)

Percebe-se que com a condição de vila, Itabaiana passa a ter a responsabilidade de ter uma Câmara Municipal, retratando o surgimento de uma força política, que cresce ao lado da

forte atividade agrícola. Com essa força política ganhado espaço se passou a eleger os homens-bons³ da vila. Como consequência desta condição de vila houve a divisão dos habitantes entre os dois partidos existentes. Lembrando que até hoje há essa forte divisão político-partidária. Ainda com a condição de Vila também houve a criação da Cadeia, que como diz Carvalho, essa criação materializa a autoridade e a força da lei perante os poderes executivos e legislativos da Câmara.

Itabaiana, mesmo possuindo a condição de vila e depois a de freguesia, possuiu um desenvolvimento do centro lento. As causas que retardaram o seu desenvolvimento foram: 1) a falta de água na Vila; 2) a presença de uma sociedade rural ao seu redor; 3) a presença de índios foragidos; 4) os ataques dos negros *mucambistas*; 5) sua localização e; 6) a imensidão do território.

A falta de água e a presença de uma sociedade rural se resumem em um só conjunto, pois, como aponta Carvalho, o centro urbano não tinha água, e mesmo quando surgiram tanques, como o tanque da Pedreira, não foram suficientes para a população. Como a população era, em sua maioria, agricultores sitiantes que viviam da autossustentação, não viam motivos para se fixarem no centro urbano.

Quanto à presença dos índios, passaram a habitar a localidade próxima a serra, que hoje faz parte da grande Itabaiana, a partir da fuga das tropas de Cristóvão de Barros. Fizeram, então, das matas de Itabaiana um abrigo, que com o decorrer do tempo trouxeram preocupações para a sociedade, pois os índios afligiam os colonos.

O desenvolvimento populacional da vila de Itabaiana intensificou-se no início do século XIX, pois neste momento houve influência da atividade econômica, que, por sua vez, era gerada através da plantação de algodão. A plantação de algodão teve maior crescimento em Sergipe devido a Guerra de Secessão nos EUA, que os impossibilitaram de plantar. Esta produção foi compensada por Itabaiana e por outras partes de Sergipe para suprir as necessidades dos americanos. Por este motivo que os itabaianenses passaram a atear fogo nas matas, pois assim poderiam plantar o algodão, que nesse momento era a atividade mais rentável.

Além do algodão, foi produzida também a farinha, o milho, feijão, arroz e lã, e perante a essas atividades econômicas é que podemos destacar a grande sutileza dos itabaianenses para o comércio com a famosa feira. A feira, vale ressaltar, teve grande influência para o desenvolvimento comercial de Itabaiana, assim como tem nos dias atuais.

³ Os homens- bons da vila eram aqueles que não tinham crimes invalidadores.

Na obra de Maria Nele dos Santos, “A vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850 – 1888)”, foi possível observar que as plantações de algodão trouxeram muitas pessoas para a Vila de Itabaiana, e no meio dessas estavam também agricultores de cana-de-açúcar, que abandonaram suas plantações apostando no algodão já que nesse momento estava popular.

A mudança de atividade não foi um fenômeno peculiar aos itabaianenses. Plantadores de cana-de-açúcar de outras regiões acorreram para lá. Foi um verdadeiro “boom”. Em 1864, presidente da Província registrava: “consta-me que em Itabaiana há feiras em que as transações de compra e venda do algodão em caroço, entre o comércio e a lavoura sobem a 6 e 7:000\$000.” (SANTOS, p. 85, 1984)

Antes de a Vila ter o seu desenvolvimento intensificado, o movimento no centro urbano somente ocorria em dias de feira, festa religiosa – no qual se percebe que havia um grande envolvimento dos itabaianenses com a religião – festejos natalinos e em reuniões em frente à Câmara Municipal – onde também se percebe que os moradores de Itabaiana eram influenciados pela política local, ressaltando também que este interesse pela política local está presente até os dias atuais.

2 Cenário educacional no município de Itabaiana

2.1 Cenário educacional no século XIX em Itabaiana

A localização de estudos sobre a educação no município de Itabaiana não é muito vasta. E mesmo com as informações que estão disponíveis elas mostram-se dispersas e carecem, em grande parte, de maior rigor acadêmico. Diante deste quadro, trabalhamos com as informações que foram possíveis referentes ao século XIX.

De acordo com Carvalho (1973) é apontado que Itabaiana teve o seu desenvolvimento educacional muito lento. Para tanto, acredita-se que este fato se deve ao modo como os itabaianenses se mostraram mais interessados na produção agrícola, de onde tiravam o seu sustento, não se atentando para educação. Foi enquanto Vila que Itabaiana teve a instalação da primeira escola pública, e de acordo com Carvalho, a data desta instalação depara-se com três versões, uma de Maria Thétis Nunes, outra de Carvalho Lima Júnior e a última de Sebrão sobrinho.

Ainda de acordo com Carvalho (1973), Maria Thétis Nunes afirma que a instalação da primeira escola pública foi em 1816, pois nesta data houve a criação da cadeira de Língua Latina, influenciada pela chegada da família real portuguesa ao Brasil. Já Carvalho Lima Júnior afirma que a instalação da primeira escola pública foi em 1824 com a promulgação da

constituição da Província de Sergipe. Por último Sebrão sobrinho demonstra que foi em 1828, a partir da portaria da Secretaria do Conselho do Império, de 17 de março de 1828.

Contudo, após ser criada a primeira escola pública, os itabaianenses começaram a demonstrar interesse pelos estudos. Chega-se a tal constatação pelo fato de que a própria população reclamava de ter uma escola de Língua Latina. Os próprios itabaianenses preferiam a de Primeiras Letras, pois muitos não sabiam ainda o básico de primeiras letras. Então, esse fato tornava o ensino da Língua Latina bastante difícil, como observa Maria Thétis Nunes em sua obra “História da Educação em Sergipe”.

Até 1938, como aponta Carvalho (1973), só o sexo masculino podia ter acesso à educação da Língua Latina. Quanto ao sexo feminino só passou a ter acesso à educação com a transferência da professora Carolina Júlia Vasconcelos de Socorro para Itabaiana, que hoje podemos ver uma das escolas municipais de Itabaiana homenageando-a, pois ela foi a primeira professora da Vila voltada para o ensino de meninas.

Alguns dos professores que ensinaram na Vila, além da professora Carolina Júlia Vasconcelos, apontados por Carvalho são: o padre Manoel Joaquim Nunes, Gonçalo Pinto Lobão, Antônio Correia de Araújo Cedro, Antônio Diniz Barreto, Tobias Barreto de Menezes, Fabrício Carneiro dos Tupinanbás Vampré.

O professor Tobias Barreto Menezes foi um dos mais importantes da Vila e que hoje tem também o seu nome homenageado em uma das escolas municipais. O mesmo foi professor de Latim depois de conseguir por meio de concurso público nos anos de 1857 a 1859. Tobias Barreto participava intensivamente das atividades locais, como na orquestra sacra da Igreja, participando de festas, serenatas. Contudo, em 1859 deixou Itabaiana para estudar Direito em uma das faculdades do país.

Além da educação pública tivemos a oferta particular, iniciada entre em 1745 a 1768 e foi instalado durante o paróquiato do Padre Francisco da Silva Lobo. Mas a primeira experiência de escola particular de grande importância para a Vila foi o Gabinete de Leituras, como aborda Carvalho, e o Gabinete iniciou em 1875 e teve seu fim em 1880.

O professor que estava à frente da escola era Damásio Pereira Leite, que contava com a participação dos mestres Olímpio Pereira de Araújo – que também fora homenageado com seu nome em uma das escolas públicas, porém esta escola a partir do ano 2000 passou a se chamar Escola Municipal Profª Mª Faustina dos Santos – Guilhermino Amâncio Bezerra e Antônio Joaquim de Oliveira Noronha. Este Gabinete servia de escola e biblioteca onde tudo que era disponível era gratuito, mas por falta de apoio dos cofres públicos, mortes de dois

sócios, uma tragédia entre outros acontecimentos tornou impossível manter a escola e o fim já era previsto. Com todos estes acontecimento foi que levou, em 1880, ao encerramento das atividades do Gabinete de Leituras, porém outras escolas particulares começaram a surgir.

2.2 Cenário educacional na década de 1970 em Itabaiana

A história da educação no Brasil mostra que as discussões durante décadas estavam em torno da alfabetização, desde o Império, perpassando pela Primeira República e assim por diante. Tal realidade ainda não foi modificada, até os dias atuais busca-se por melhores reformas, políticas públicas e estratégias para que sejam capazes de erradicar as taxas de analfabetismos. Então, depois de uma breve abordagem sobre o cenário educacional no século XIX, entenderemos aqui a educação no século XX brevemente, frisando somente a partir da década de 70.

O intuito desta breve abordagem da educação nos anos anteriores a 1988 é para poder ter conhecimento sobre o cenário educacional e assim poder comparar e analisar como contexto educacional pós 1988. Portanto, iremos nos debruçar sobre os documentos encontrados que trazem informações.

A partir dos dados encontrados anteriores a 1988 na Secretaria da Educação de Itabaiana foi possível entender a partir da leitura da obra “A história da Educação brasileira” de Hilsdorf (2003), que a disponibilização de escolas na década de 70, se deve aos acordos do MEC-USAID e as reformas do ensino de 1º e 2º graus em 1971, através da lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que modificou a organização educacional.

Com a leitura do artigo “Criação dos Sistemas Municipais de ensino” de Diva Chaves Sarmiento é possível entender o contexto histórico em que cada nova Constituição surgia e qual a influência/impacto exercido na educação. Na seguinte citação é explicitado como foi a influência que o ensino sofreu nos anos 70.

Nesse processo (investimentos internacionais no Brasil) a educação nacional passa a sofrer influência, também, das agências internacionais a começar pelos acordos MEC/USAID, ainda nos anos de 1960. Os governos militares, após 1968, reformaram o sistema educacional (Leis 5.540/68 e Lei 5.692/71) na perspectiva de adequar o sistema de ensino à nova fase do desenvolvimento econômico do país. O art. 52 da Lei 5.692 determinava que a União prestaria assistência financeira aos estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e organizaria o sistema federal que teria caráter supletivo. Previa, ainda, que a legislação estadual estabeleceria as responsabilidades do próprio estado e dos seus municípios no desenvolvimento dos diferentes graus de ensino, visando à maior eficiência na aplicação dos recursos, sendo essas providências preparatórias para a progressiva passagem de encargo e serviços de educação, especialmente de 1º grau, para a responsabilidade dos administradores locais na expectativa de um trabalho mais satisfatório (art. 58). (SARMENTO, p. 1368, 2005)

Os acordos MEC-USAID foram criados durante o governo ditatorial, o qual adotava uma educação de viés tecnicista, base através da qual se buscava alcançar o desenvolvimento econômico. Este pensamento findou em 1982 – Lei Nº 7.044/82 – com a reforma da lei de 1971. E a reforma de 1971 teve o propósito de modificar alguns quesitos na educação, como a tentativa de unificar o ensino, na qual o 1º grau passou a compreender o antigo ensino primário e o ginásial, e o 2º grau passou a compreender o ensino secundário e os técnicos – forma de voltar o alunado ao trabalho –, seguindo um pensamento tecnicista, oferecendo o 1º e o 2º graus de forma única.

Modifica-se o método de avaliação passando a ser conceitual, com recuperações e com avaliações de frequência do aluno. Além dessa modificação houve também a ampliação de vagas em escolas, que pode ser observado pela vasta construção de escolas nos dados recolhidos na Secretaria Municipal de Itabaiana sobre o ato de criação, e só a partir de 1971 até 1988, ano escolhido como pontapé inicial da pesquisa, foram construídas no total de 173 escolas de 1º Grau.

Algumas destas escolas, especificamente 39 delas, continuam ativas atualmente, todavia as 134, maioria, foi inativada. A principal e mais convincente causa para esta ação, segundo as informações adquiridas pela funcionária da SEMED, foi o não planejamento social das áreas em que iriam construir a escola, provocando a falta de alunado. Para reforçar essa afirmação, é visto através dos mesmos dados que coexistem escolas num mesmo povoado, onde provavelmente só precisaria de uma escola para suprir as necessidades escolares dos habitantes.

2.3 Cenário educacional após 1988 em Itabaiana

Com o ano de 1988 há a promulgação da nova e atual Constituição Federal e percebem-se diferenças de objetivos entre a atual e a anterior, constituição de 1967. As diferenças mais notáveis são as que no período de 1967 tentava-se de forma indireta privilegiar o ensino particular – “§ 2º Respeitadas às disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.” –, enquanto a constituição de 1988 é minuciosa ao falar de como deve ser organizada a educação. Então, é observado um passo à frente na constituição de 1988, conhecida também por constituição cidadã, pois cita que a educação será de extensão obrigatória e gratuita para a educação básica, gratuita para o ensino médio e para as universidades.

Outra diferenciação é a inserção dos municípios nas incumbências para com a educação na constituição de 1988. Após anos de muitas discussões, foi só em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – lei de nº 9.394/96 – e a lei FUNDEF – Fundo de Manutenção e desenvolvimento do ensino e valorização do magistério (lei de nº 9424/96) – que os municípios passaram a ter realmente obrigações quanto à educação.

A partir da leitura do artigo “Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos Sistemas Públicos de ensino pós-LDB 9.394/96” de Donaldo Bello de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria, foi possível entender os trâmites que possibilitaram a participação dos municípios na educação. Do mesmo modo foi possível também entender a formação do FUNDEF como fundo financeiro para garantir o novo sistema de ensino.

Por seu turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 233/95, que originou a EC nº 14/96 vai propor a criação do FUNDEF como estratégia para garantir as condições financeiras de funcionamento deste novo sistema municipal de ensino. Tanto essa CF, quanto a nova LDB, assim como a Lei nº 9.424/96 que regulamenta o FUNDEF, indicam aspectos em que a colaboração entre os entes federados deve ser observada, sobretudo em relação à divisão de encargos e de planejamento, e ao estabelecimento de normas. (SOUZA, FARIA, p. 930, 2004)

A nova organização que é proposta pela LDB Nº 9.394/96 é vista no Título IV – Da Organização da Educação Nacional – do Art. 9º ao Art. 11º, no qual incumbe a União de cumprir deveres para com o ensino superior, ao Estado os deveres para com o ensino fundamental e, principalmente, o ensino médio e ao Município os deveres para com os centros educacionais, pré-escola e através de acordos com o Estado, cumprir os deveres com o ensino fundamental.

O FUNDEF entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1998 até 2006, com o objetivo de promover a universalização, a manutenção e a melhoria qualitativa do ensino, isto a partir da redistribuição dos impostos para o ensino fundamental público. O montante recolhido era composto pelo FPE (Fundo de Participação dos Estados), FPM (Fundo de Participação dos Estados), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e IPIexp (Impostos sobre produtos Industrializados, proporcional às exportações). Seria um total de 15% desta arrecadação direcionados somente para o Ensino Fundamental. Além desses recursos era incluso também o recurso federal para assegurar um valor mínimo de aluno/ano quando o valor não era alcançado. Ainda é válido mencionar, de acordo com Souza e Faria (2003), que destes impostos 60% seria direcionado para o pagamento dos professores do Ensino Fundamental.

Em janeiro de 1998, o primeiro repasse de recurso para o ensino fundamental de Itabaiana foi de R\$ 185.391,28 (Cento e oitenta e cinco mil trezentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos) e o último em dezembro de 2006 foi de R\$ 854.921,13 (Oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e vinte e um reais e treze centavos). A partir deste dado inicial e final é perceptível um aumento populacional e de alunos frequentando a escola, já que para fazer o cálculo de quanto o município precisa para a manutenção do ensino é preciso da quantidade total de aluno no município pela quantidade total de aluno do Estado (escolas municipais e estaduais).

Apesar de ter pontos positivos dos quais são apontados por Souza e Faria (2003), como, por exemplo, a transparência que permitia maior controle social que, por conseguinte, permitia maior autonomia na aplicação de recursos. Contudo, por mais que tivesse pontos positivos ainda existiam os pontos negativos deste Fundo. Exemplo disto é a valorização somente do Ensino Fundamental, ocasionando a não aplicação da nova LBD para com a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos. Tais pontos negativos levaram alguns estudiosos a pensar sobre um novo Fundo em que pudesse ampliar a distribuição de tais recursos, que também tinha data para fim.

Sena (2001), Azevedo (2001), Abicalil (2001), entre outros, entendendo que o FUNDEF se caracteriza hoje como um mecanismo de financiamento, cuja execução não se completou, e que tem prazo para terminar (em 2006), sinalizam para a tendência, no âmbito do Congresso Nacional e na área de educação, de sua substituição por um Fundo de caráter permanente, que viria a contemplar, além do Ensino Fundamental, a Educação Infantil e o Ensino Médio – o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB). (SOUZA; FARIA, P. 64, 2003)

A partir de tais necessidades de ampliação dos recursos, surge a nova proposta à distribuição de recursos em 2007. Este novo fundo seria o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – criado pela Emenda Nº 53/2006 e regulamentada pela Lei Nº 11.494/2007 e pelo Decreto Nº 6.253/2007. Esse fundo de manutenção deve prosseguir até 2020.

O primeiro recurso disponibilizado pelo FUNDEB para o município de Itabaiana foi em janeiro de 2007 com o valor de R\$ 876.648,89 (Oitocentos e setenta e seis mil seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos) e em dezembro de 2014 foi contemplado com R\$ 2.766.691,75 (Dois milhões setecentos e sessenta e seis mil seiscentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos) de acordo com o dado disponível no site do Tesouro Nacional.

De acordo com informações na Secretaria da Educação, os planos de fundo citados, antigo FUNDEF e atual FUNDEB, são direcionados para os municípios, no qual estes ficam responsáveis de aplicar nas escolas, pagar funcionários da educação, entre outras incumbências. Além destes recursos criados para a manutenção da educação básica, têm-se os programas MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) e Salário-Educação, que também são direcionados para o município.

Há também os programas de financiamento para suplementação da rede municipal de educação que são aplicados diretamente na escola, na qual esta administra para onde irá aplicar o dinheiro durante o ano. Com base nas informações disponibilizadas na SEMED, Itabaiana possui os programas Mais Educação, regulamentado pelo decreto 7.083/10; PNAE (Alimentação Escolar), considerado como o programa mais antigo, foi criado em 1955; PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), criado em 1995, porém só em 2009 passou a ser destinado para toda a Educação Básica; Programa Mais Cultura nas Escolas, criado em 2014; Programa Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola) criado em 2014.

Com base no que fora discutido anteriormente, voltaremos especificamente para a municipalização em Itabaiana, como já foi dito, fora legitimada a partir da Constituição Federal de 1988 e pela LDB 1996.

Assim, com aquela CF, foi facultado aos Municípios o direito de emitir normas e a estabelecer políticas, viabilizando, com isto, a implantação do Regime de Colaboração e não mais a manutenção de relações hierárquicas entre as três esferas políticas de poder (União, Estados e Municípios), pelo menos no âmbito da lei. (SOUZA, FARIA, p. 930, 2004)

Ao passo que se abriam discussões sobre a municipalização, os argumentos a favor foram: 1) que com este método a educação poderia melhorar e ser mais acessível para a população; 2) que poderia ser mais eficaz para resolver problemáticas locais; 3) que assim passaria a ter agilidade administrativa; 4) que o município teria mais liberdade financeira e; 5) de que a população poderia acompanhar ativamente o andar da educação.

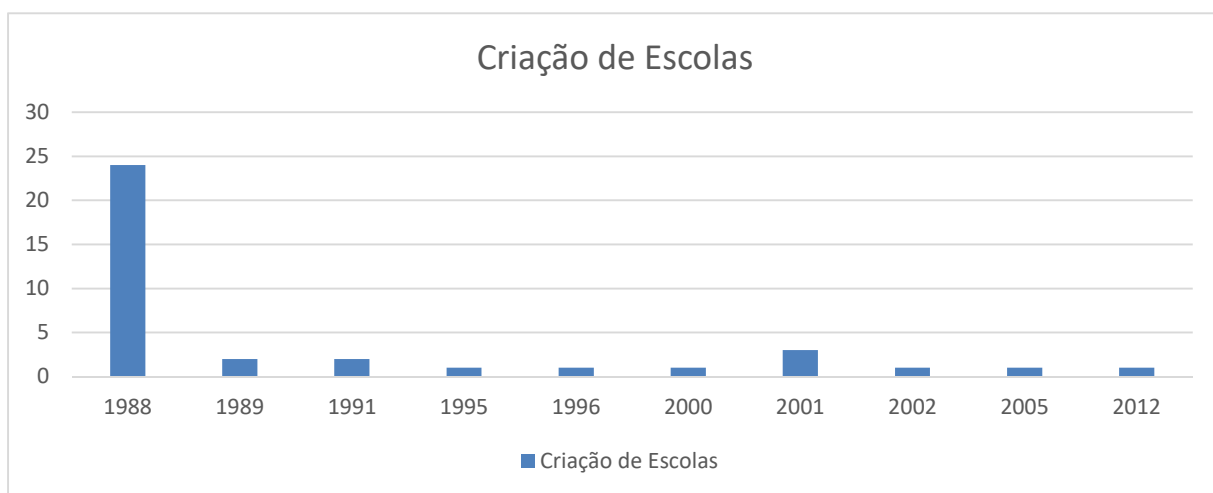
Os que foram contra a este método justificaram que: 1) pode facilitar a atender somente os mais favorecidos no município; 2) a liberdade financeira pode facilitar o desvio do dinheiro voltado à educação para outras obras do município e; 3) que a participação da sociedade não iria modificar o cenário.

Então, para saber dos reais efeitos que a municipalização exerceu sobre o município de Itabaiana será necessário nos basear em dados disponíveis no pós 1988.

No município de Itabaiana nos primeiros anos da Constituição Federal vemos a partir do documento que consta o ato de criação de escolas, disponibilizado na Secretaria da

Educação, que no período de 1988 a 1995 foram criadas 28 escolas, mas somente em 1988 foram instaladas 24 escolas. Tal aspecto pode ser explicado pelo fato da CF, a partir de 1988, passar a incumbência para com a educação básica ao município, o deu o “livre arbítrio” para criar seu próprio sistema de ensino. Então, passou-se a implantar escolas em aglomerados rurais que estavam necessitando, fazendo com que aumentasse a quantidade de escola. Tal ato de criação do próprio sistema também é uma consequência do FUNDEF, pois se os municípios não criassem seus sistemas perderiam os recursos.

GRÁFICO 1: Criação de escolas de 1988 à 2012.



Fonte: Secretaria da Educação de Itabaiana. Criação de escolas (1988 – 2012).

Após a implantação da LDB 9.394/96, a diminuição na quantidade de escolas instaladas não modificou muito. Esta diminuição pode ser explicada pelo motivo de que se passou a realizar um estudo social da área, e assim concluíam que uma só escola localizada em um lugar estratégico teria capacidade de atender as necessidades e a quantidade dos alunos das regiões próximas (aglomerados/povoados).

Tal fenômeno pode ser explicado também pela grave crise social que esteve presente no Brasil nos anos 90, em que houve um crescimento econômico lento e aumento do desemprego. Esta segunda explicação reflete também no rendimento escolar, que nesse período, como aponta Hilsdorf (2003) na sua obra “História da Educação Brasileira: leituras”, causou exclusão social escolar. É muito importante frisar que muitas dessas escolas criadas foram inativadas (Anexo I e II) ou tiveram a denominação modificada através de leis (Anexo III).

Durante o desenvolvimento educacional a maioria das escolas municipais foram instaladas nos centros populacionais localizados ao redor da cidade, os povoados, que atualmente contam com 39 escolas municipais com pré-escola e ensino fundamental, e dois centros educacionais (creche e pré-escola). Três principais escolas municipais que possuem maior quantidade de alunos matriculados disponíveis em censos escolares encontrados de 1988 a 2014 são as: Escola Municipal Dom José Thomaz localizada no povoado Rio das Pedras de 1983, Escola Municipal José Domingos Professor localizada no povoado Cajaíba I desde 1974, Escola Municipal Anailde Santos de Jesus localizada no povoado Cajaíba II desde 1979.

A zona urbana dispõe de 12 escolas municipais em que oferecem pré-escola e ensino fundamental, e quatro centros educacionais (creche e pré-escola). De acordo com a quantidade de alunos matriculados, disponíveis nos censos escolares encontrados referentes aos anos de 1988 a 2014, são as: Escola Municipal Vice-Governador Benedito Figueiredo localizada no Bairro São Cristóvão desde 2000, Escola Municipal Clara Meireles Teles localizada no Bairro Rotary Clube desde 1994, Escola Municipal Elizeu de Oliveira localizada no Bairro Miguel Teles desde 1989 e Escola Municipal M^a Irene Tavares localizada no Bairro Bananeira desde 1990.

Os censos, que foram encontrados no Arquivo Central de Itabaiana, ou não tinham disponíveis os dados referentes aos anos de algumas escolas, como o caso mais extremo da Escola Municipal Professora M^a Vieira Mendonça, ou tinham dados divergentes referentes a uma mesma escola, como os dados da Escola Municipal Prof^a Nivalda Lima Figueiredo, Escola Municipal 30 de Agosto e Escola Municipal M^a Irene Tavares. Já nos anos de 2005 a 2014 é possível ter acesso na SEMED de Itabaiana, onde estão organizados os censos e estatísticas. Também é possível encontrar no site www.qedu.org.br censos das escolas municipais de 2010 a 2014.

Quanto aos Centros Educacionais (creche), o inciso I do artigo 30 da seção da educação infantil, assegura que estes são destinados as crianças de até três anos de idade, e estes existem em pequena quantidade, pois ainda era eminente na sociedade itabaianense o patriarcalismo, em que o marido lida com a parte econômica e a mulher cuida dos filhos e da organização do lar. Por este motivo, não existe uma necessidade de aumentar a quantidade de creches, e mesmo que este quadro esteja em processo de modificação não são necessárias as creches, pois existe outra opção, a de terceiros cuidarem das crianças.

Quantificando, tem-se até o ano de 2014 em Itabaiana 57 escolas. Destas escolas temos duas com características distintas, que é a Escola Técnica Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, localizada no povoado Roncador desde 1997, em que o ensino é integral, compreendendo turmas de 6º ao 9º ano, e além das disciplinas comuns, compõem a grade pedagógica também disciplinas de Práticas Zootécnicas, Práticas Comerciais, Práticas Industriais e Práticas Agrícolas.

Já a Escola Comunitária Prof.^a Laura Maria dos Santos, localizada no povoado Bom Jardim desde 1990, tem como característica ser uma escola comunitária, o que significa ser uma escola “instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade”⁴, e de acordo com a LDB de 1996, artigo 77, as entidades conveniadas – comunitária, filantrópica ou confessional – podem receber recursos públicos, mas tem que comprovar que a finalidade não é lucrativa.

Ao passo que há a aplicação do Projeto Político Pedagógico (PPP) em cada escola é preciso fazer avaliações do desenvolvimento do alunado, e para isso existe o SAEB desde 1995. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SAEB) consiste em avaliações padronizadas e questionários socioeconômicos, desenvolvida pelo Inep/MEC, com o objetivo de avaliar a qualidade da Educação Básica brasileira e a universalização do acesso à escola. Para tanto, essa avaliação oferece dados e indicadores que dão maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

De acordo com informações disponibilizadas no site do Inep e na Secretaria da Educação de Itabaiana, o SAEB passou a ser composto por duas avaliações de larga escala através da Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, a Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica), a Anresc (Avaliação Nacional de Rendimento Escolar / ou Prova Brasil) e através da Portaria nº 482, de 7 de julho de 2013, passou a ser composta também pela ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização).

A Aneb consiste em uma avaliação feita bianualmente para estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental e para o 3º ano do ensino médio, abrangendo escolas públicas e privadas, da área urbana e rural. O objetivo desta é avaliar a qualidade, equidade e eficiência da educação brasileira, apresentando os resultados do país dividindo em regiões e Estados.

A Prova Brasil consiste em uma avaliação feita bianualmente para os estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas das redes municipais, que tem por

⁴ Fonte: ftp://ftp.fnede.gov.br/web/fundeb/entidades_conveniadas.pdf

objetivo avaliar a qualidade do ensino das escolas públicas municipais. É importante frisar que não são todas as escolas do município que participa, são somente as que têm mais de 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados.

A ANA consiste em uma avaliação feita anualmente para alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas. O principal objetivo é avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua portuguesa, o letramento em matemática e a oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.

Além destas avaliações, existe também a Provinha Brasil, que é feita duas vezes no ano, no início e no final. A Provinha Brasil passou a ser realizada depois que o MEC programou o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e criou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Os resultados são destinados para avaliar o nível de alfabetização dos alunos do 2º ano. As provas são aplicadas pelas Secretarias da Educação dos Municípios e as correções são feitas pelos próprios professores ou pelos funcionários da Secretaria da Educação.

A partir das informações expostas irei apoiar-me sobre os resultados da Prova Brasil e Provinha Brasil no município de Itabaiana. Como fora explicado cada município tem a sua avaliação para que assim seja possível avaliar as necessidades para com a educação. Os resultados da Prova Brasil são disponíveis na Secretaria da Educação de Itabaiana e também pode ser encontrado no site do Ideb, em que consta o ano que a prova foi realizada, o resultado da avaliação e as metas projetadas até o ano de 2021.

Ainda na SEMED foi disponibilizada a lista de escolas que participaram/participam da avaliação, que são elas:

QUADRO 1: Escolas Municipais que participam da Prova Brasil.

Escolas Municipais
1- Escola Municipal José Filadelfo Araújo
2- Escola Municipal Prof. ^a Anilde Santos de Jesus
3- Escola Municipal Prof. ^a Maria Faustina Barreto
4- Escola Municipal Maria Vieira de Mendonça
5- Escola Municipal Prof. ^a Clara Meireles Teles
6- Escola Municipal Prof. ^a Hermelina da Costa Lima
7- Escola Municipal Dom José Thomaz
8- Escola Municipal Dr. ^o João Alves Filho
9- Escola Municipal Dr. ^o Florival de Oliveira
10- Escola Municipal Elizeu de Oliveira
11- Escola Municipal Izabel Esteves de Freitas

12- Escola Municipal José Domingos Professor
13- Escola Municipal Luiz Floresta
14- Escola Municipal Maria Irene Tavares
15- Escola Municipal Prof. ^a Maria Elizete Santos
16- Escola Municipal Prof. ^a Maria do Carmo Moura
17- Escola Municipal Prof. ^a Neilde Pimentel Santos
18- Escola Municipal Prof. ^a Nivalda Lima Figueiredo
19- Escola Municipal Vice-Governador Benedito Figueiredo
20- Escola Municipal 30 de Agosto.

fonte: Secretaria da Educação de Itabaiana

De acordo com a **TABELA 1** percebe-se que a educação no 5º ano teve a meta alcançada nos anos de 2007, 2009 e 2011 e no 9º ano teve as metas alcançadas somente nos anos de 2009 e 2011, que vão de encontro com os dados do rendimento escolar (anexo) que mostram uma melhora na taxa de aprovação dos alunos. O termo “melhora” dos alunos é usado quando comparado aos resultados anteriores a 2005.

TABELA 1: Resultados da Prova Brasil e as metas que buscam alcançar.

4ª Série/5º Ano	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Itabaiana	2,4	3	3,4	3,4	3,6	2,5	2,9	3,4	3,7	4	4,3	4,6	4,9

8ª Série/9º Ano	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Itabaiana		3,1	3,4	3,4	3		3,2	3,4	3,8	4,1	4,4	4,6	4,9

fonte: <http://ideb.inep.gov.br/> Resultados e metas da Prova Brasil realizada em Itabaiana.

Com participação importante nos resultados que foram alcançados pelos alunos nas avaliações elaboradas para qualificar a educação, temos os professores. De acordo com as informações disponibilizadas na Secretaria da Educação e na Secretaria de Gestão Pessoal, as seleções dos professores anteriores a 1997 eram a partir do contato com a Prefeitura. Os cargos de professores com carteira assinada eram concedidos com mais facilidade para os que apoiassem o seu partido.

Em 1997 há o primeiro concurso público destinado somente aos celetistas para que estes fossem efetivados. Através da análise da relação de professores disponibilizada pela

Secretaria de Gestão Pessoal, percebe-se um aumento na lista de admissão, pois foram convocados 38 professores no ano do concurso e no ano seguinte, 1998, foram 46 professores.

Em 2000 há outro concurso público para professor, mas desta vez foi disponível para todos que possuíssem qualificação legal para participar. Então, de acordo com a relação de professores, neste mesmo ano foram admitidos 36 profissionais. Deste mesmo concurso foram convocados profissionais até 2004, somando um total de 166 professores admitidos.

Passaram-se 10 anos para que outro concurso público surgisse. Então ao longo deste período, embasada na informação disponibilizada na Secretaria de Gestão Pessoal, contratavam os poucos profissionais que necessitavam, só surgindo um concurso quando os números de professores para suprir as necessidades do município fossem elevados. Portanto somente no ano de 2010 surgiu um novo concurso público para professores de escolas municipais.

O concurso de 2010, homologado em 2011, convocou neste mesmo ano, cerca de 19 professores voltados para o magistério e estes foram admitidos até o ano de 2015, somando-se cerca de 41 profissionais. Contudo, no início de 2016 foi elaborado mais um concurso para o magistério, porém este ainda não fora homologado.

GRÁFICO 2: Admissão de professores de 1973 à 2015.



fonte: Secretaria de Gestão Pessoal. Admissão de professores em Itabaiana (1973 – 2014)

Estes professores, por sua vez, são apoiados a realizarem cursos de formação continuada para atuar nas escolas. Com base nas poucas informações disponibilizadas na SEMED, em Itabaiana, existe formação continuada em parceria com a UFS na Educação

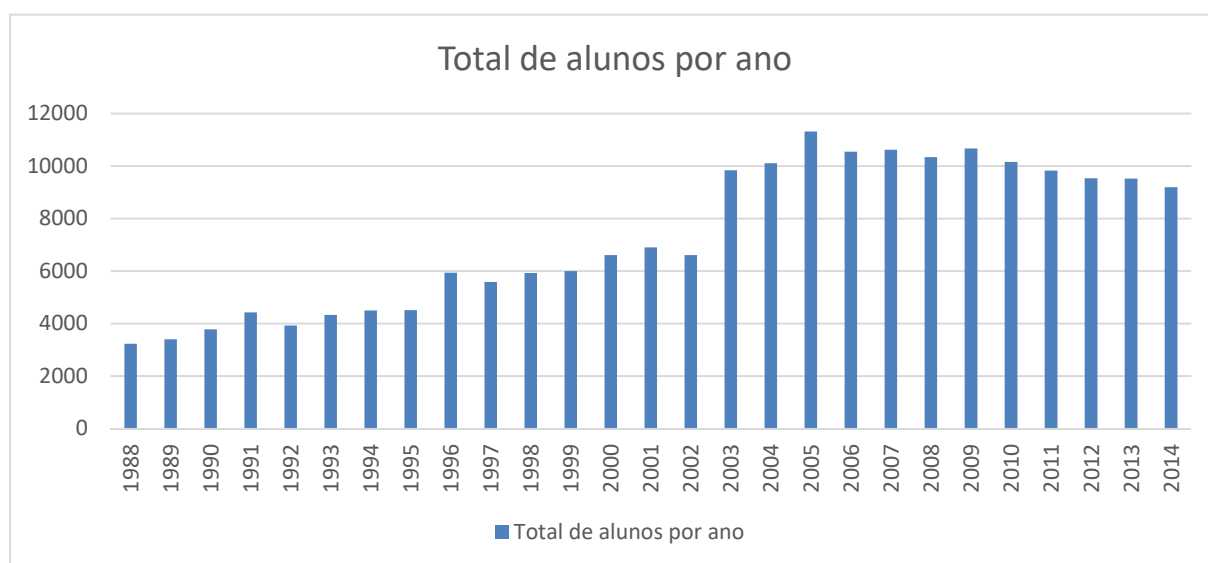
Básica, como também há o programa de Educação do Campo. De acordo com as informações, há uma carência em cursos de aperfeiçoamento e especialização de professores em Itabaiana, mas os dados sobre a existência de formação continuada dos anos anteriores ao de 2014 não foram localizados.

Tal descaso para com a formação continuada de professores não é um traço que ocorre somente em Itabaiana, pois de acordo com o estudo de Souza e Faria (2003) em alguns municípios do Rio de Janeiro já se apresentavam estas problemáticas:

No primeiro caso, Kramer, Corsino & Nunes (2003) constata, pautadas em resultados de pesquisa realizada junto a Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que a Secretaria de Estado de Educação tem se omitido no delineamento de políticas de formação do magistério para a Educação Infantil, observando, ainda, a reduzida participação de Universidades ou Faculdades públicas no apoio a tais políticas, o que resulta considerar a existência de um quadro de descaso e de descompromisso por parte das instâncias federais e estaduais. (SOUZA; FARIA, P. 472, 2003)

Como último ponto nesta primeira parte da pesquisa, apresentam-se os impactos sócio populacionais nas comunidades atendidas pela nova rede de ensino de Itabaiana. Os dados que possibilitaram a contagem de alunos por ano atendidos pela rede de ensino municipal foram os que a SEMED e o Arquivo Central disponibilizaram. A SEMED disponibilizou os dados de 2005 a 2014 e o Arquivo Central os dados de 1988 a 2004. Além da Secretaria da Educação de Itabaiana e do Arquivo Central é possível encontrar também o número de alunos por escola através do site www.qedu.org.br, porém os dados são somente do ano 2012 a 2014.

GRÁFICO 3: Total de alunos por ano (1988 à 2014)



Fonte: Arquivo central e Secretaria da Educação de Itabaiana. Total de alunos por ano em Itabaiana (1988-2014)

Como já foi dito nesta pesquisa, esses dados foram retirados dos censos realizados a cada ano. Porém no Arquivo Central apresentou o problema de não possuir o censo dos anos de algumas escolas. No entanto, mesmo com essa problemática foi feita a contagem em que aponta uma estimativa de quantos alunos por ano tem na rede municipal de ensino.

De acordo com os dados expostos no gráfico é possível perceber que a quantidade de alunos no decorrer dos anos vai aumentando, mesmo que apresente pequena um baixa em alguns anos. É possível observar que a partir de 2002 para 2003 há um salto significativo de 6.609 para 9.838 alunos. Atualmente no município de Itabaiana, com as 57 escolas e as três novas escolas, a Escola Municipal de Educação Infantil Jonh Leno Cunha da Mota, o Centro de Educação Judite Dantas de Andrade e a Escola da Coruja, construídas no período de 2015 e 2016, a rede municipal de ensino atende cerca de 9.170 alunos.

O aumento perceptível na quantidade de alunos nas escolas do município de Itabaiana pode ser considerado uma consequência da nova LDB que, por sua vez, trata a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, a própria municipalização que deu passe livre para os municípios criarem seus sistemas de ensino de acordo com suas necessidades, e, por fim, os recursos para aplicação na educação. Então, de acordo com a análise que pode ser feita através dos dados, todos esses pontos reverberam num aumento de alunos nas escolas.

2.4 Fracasso Escolar no município de Itabaiana

Feita a análise dos primeiros dados colhidos, agora iremos nos centrar na realização de um estudo sobre a relação da municipalização com o rendimento escolar no município de Itabaiana. Para tornar possível o andamento da pesquisa buscou-se melhor o entendimento do termo “fracasso escolar” para que se entenda melhor o significado deste termo e quais as causas para tal. Após a explicação do termo e pontuação mais específicas sobre a obra base, será feita uma explanação dos dados encontrados quanto ao rendimento escolar do município de Itabaiana: aprovação, reprovação, evasão e transferência. Ainda com os dados colhidos foi feita uma análise dos mesmos, para que seja possível prosseguir com a relação de gêneros, do urbano x rural e, por fim, da resolução da problemática em relação a municipalização com o rendimento escolar.

O tema “fracasso escolar” vem sendo estudado nos últimos anos devido a grande questão da educação, o péssimo rendimento escolar, ou melhor, as taxas de analfabetismo.

Para tanto, busca-se entender quais as causas que levam ao mau rendimento, para que assim possa ter alguma possibilidade de solução. Portanto, para esta pesquisa foi utilizada a obra base “Fracasso Escolar: Uma perspectiva multicultural.” (2004).

O termo “fracasso escolar”, quando posto em pauta, apresenta-se de forma difícil para com o aluno, pois se imagina que o aluno é desprovido de habilidades intelectuais para poder obter sucesso no mundo escolar, tornando-o, assim, um fracassado. Em contrapartida a obra utilizada foi possível verificar a partir da tese de mestrado de Nilda Chiaradia (2002), que o termo fracasso escolar tem interpretações divergentes. Assim como também aborda as variadas formas de interpretação da causa para o fracasso, por meio da psicologia, da sociologia assim por diante. Como se pode ver a seguir um diferente posicionamento quanto ao fracasso escolar:

O fracasso escolar não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações de fracasso, histórias é que devem ser analisadas, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado fracasso escolar. (CHARLOT, 2000, Apud CHIARADIA, 2002, p.68)

Todavia, a partir da obra base foi possível verificar que esse termo não é utilizado com o intuito de menosprezar o déficit dos alunos, mas como uma proposta de nomear de forma mais concreta um fenômeno que está presente no mundo da educação. Logo, durante toda a obra é visto que os estudos tentam entender este fenômeno, como veremos a seguir em uma das abordagens:

A primeira se refere aos alunos com baixo rendimento escolar, quer dizer, aqueles que ao longo de sua escolarização não alcançam um nível mínimo de conhecimento. A segunda abrange os alunos que abandonam ou terminam a educação obrigatória sem o título correspondente. A terceira aponta para as consequências sociais e profissionais na idade adulta dos alunos que não alcançaram a preparação adequada. (MARCHESI, PÉREZ, p. 17, 2004)

O mais importante, e que deve ser ressaltado, são os fatores que marcam a vida do aluno e o encaminha para um provável fracasso escolar. Tais fatores se apresentam de forma relativa de aluno para aluno, e vão desde o contexto individual ao contexto social, que, por sua vez, são: o contexto econômico e social, o contexto familiar, o sistema educacional, os centros docentes, a sala de aula e por último, a própria disposição do aluno.

De acordo com a literatura utilizada, “Fracasso Escolar: Uma perspectiva multicultural” (2004), foi possível concluir que o contexto econômico e social deve ser analisado juntamente com o contexto familiar para uma melhor reflexão, pois não significa que o meio econômico e social sozinhos interfiram no resultado do aluno, mas que quando

analisado juntamente a relação familiar pode ser possível obter melhores resultados, vejamos a seguir como é aplicada essa teoria:

Dessa perspectiva, o importante não é o capital que se possui, mas como é transmitido. Um capital cultural enriquecido pode ter escassa incidência no progresso educacional dos filhos. Pelo contrário, os pais com escasso capital escolar podem ter maior influência pelo tipo de relações que mantêm com seus filhos, o que os ajuda a alcançar uma boa escolaridade. (MARCHESI, PÉREZ, p. 17, 2004)

Quanto ao sistema educacional e sua influência no rendimento escolar ocorre pelo simples fato de como está sendo gerida a educação através de suas prefeituras, por exemplo, com a melhoria do ensino. Pois é a partir dos investimentos públicos com a educação que é estimulada capacidade de alunos dentro de uma escola, de orientadores, professores, das próprias escolas, os serviços educativos. E como já é de constatar, se não há investimento suficiente para com a educação, logo a educação não será de qualidade.

Outro ponto são os centros docentes que na obra apresenta a importância da escola e do professor no combate ao fracasso escolar. Segundo a obra, a eficácia da escola só será atingida se existir uma liderança da equipe de direção, ambiente favorável para a aprendizagem, existência de um projeto compartilhado, organização eficiente do ensino na sala de aula, participação dos pais e dos alunos, acompanhamento do progresso dos alunos e a avaliação da escola. Porém, durante a leitura as impossibilidades de existir sucesso são logo apontadas:

É preciso reconhecer, no entanto, que as escolas frequentadas majoritariamente por alunos de setores sociais desfavorecidos enfrentam, inicialmente, muito mais dificuldades: há uma maior diversidade entre os alunos em classes, um menor apoio das famílias, menos recursos econômicos para realizar atividades complementares e o risco de que o ambiente extraescolar dificulte para os alunos sua incorporação ao processo educacional. (MARCHESI, PÉREZ, p. 27, 2004)

Por fim, o interesse do próprio aluno em aprender e esforçar-se para atingir bons resultados, que na visão dos professores os alunos primeiramente não se interessam mesmo e em segundo plano está a falta de incentivo por parte da família, que, por sua vez, culpa os professores por não serem bons suficientemente para melhorar o rendimento dos alunos.

Portanto, todas essas especulações podem atingir gravemente o rendimento escolar dos alunos, que conseqüentemente se desinteressam também pelos estudos causando a evasão escolar, o que põe o aluno no momento de escolha entre estudar ou trabalhar.

A partir do detalhamento das possíveis causas para o fenômeno do fracasso escolar é perceptível o quão amplo esse tema pode ser e quão difícil é chegar o mais próximo possível do real motivo, pois todos apresentados podem ou não estarem entrelaçados. Então a intenção desta pesquisa é apresentar os índices de evasão e reprovação, e estes índices virão

acompanhados pelos números de transferência e de aprovação, no município de Itabaiana, com a pretensão, ainda, de entender as possíveis motivações para repetência e evasão.

Para tanto, é importante mencionar os acontecimentos na história da educação no período delimitado, de 1988 a 2014. Os primeiros e mais importantes marcos para a educação brasileira é promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394/96, pois é a partir dessas que são apontados artigos que abrem portas para uma almejada melhoria no sistema educacional.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.)

A luz dos principais acontecimentos na história da educação brasileira foi estabelecida uma delimitação mais pontual para uma análise precisa do progresso/regresso do sistema educacional no município de Itabaiana. Os anos estabelecidos foram o de 1988, 1997, 2005 e 2014, em que se tem um espaço temporal ideal para fazer a análise, nas seis escolas selecionadas como segue o quadro abaixo:

QUADRO 2: Escolas selecionadas, suas localidades e ano de fundação:

Ano	Escola Rural	Localidade
1983	Escola Municipal Dom José Thomaz	Pov. Rio das Pedras
1982	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	Pov. São José
1983	Escola Municipal José Filadelfo de Araújo	Pov. Carrilho
	Escola Urbana	
1972	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	Bairro Queimadas
1988	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	Conj. Gilton Garcia
1985	Escola Municipal 30 de Agosto	Conj. Euclides Paes Mendonça

fonte: dados colhidos na Secretaria Municipal da Educação de Itabaiana e no Arquivo central.

2.5 Análise do rendimento escolar a partir do gênero e localidade

Começando a análise dos dados pelo tema gênero ligados as taxas de reprovação e evasão com o objetivo de verificar o desenvolvimento do gênero feminino dentro da escola e os motivos pelos quais levam à sua desistência das mesmas, que, por sua vez, será comparado com o gênero masculino. Tais informações foram obtidas nos próprios diários escolares.

Sabe-se que a presença da mulher, a sua participação na sociedade, teve que ser conquistada paulatinamente. Desde o século XIX elas lutam pelos direitos primários, como o acesso à educação. O espaço das mulheres foi alcançado primeiramente na educação com a constituição de 1827, em que concedia o direito delas a frequentarem as escolas elementares. Em Itabaiana as meninas puderam frequentar as escolas somente em 1938, como pode-se ver nesta passagem de Vladimir Souza Carvalho no livro “Vila de Santo Antônio de Itabaiana”:

Até então a cadeira de Língua Latina era só para o sexo masculino. As meninas só puderam estudar em 1938, com a transferência da cadeira de Socorro para Itabaiana. As cadeiras eram isoladas. Menino em uma escola. Menina em outra, circunstância que a Vila vai transferir para o período de cidade. (CARVALHO. p. 242, 2009)

É importante salientar que em meados do século XIX um dos modelos de estruturação das escolas formuladas para servirem a meninos e meninas separadamente, e como é possível verificar no artigo os “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil” de Luciano Mendes de Faria Filho e de Diana Gonçalves Vidal, conhecida como Escolas-monumentais.

[...] Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais para os sexos. [...] (FARIA FILHO, VIDAL, p. 25, 2000)

Outro exemplo de que o ensino para o gênero feminino foi tardio quando comparado aos do gênero masculino é o direito a educação no ensino superior, que para as mulheres só foi permitida a partir de 1879, ainda assim com muita dificuldade. Então fazendo uso dos antecedentes históricos apresento os dados em que equiparam a quantidade de gênero masculino e feminino no âmbito rural e urbano.

TABELA 2: Dados de matrículas retirados dos diários escolares.

Escola Urbana - 5º ao 9º ano			
Ano	Escola	Masculino	Feminino
1988	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	49,60%	50,30%
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	50,00%	50,00%
	Escola Municipal 30 de Agosto	42,80%	57,10%
1997	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	-	-
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	-	-
	Escola Municipal 30 de Agosto	45,40%	54,50%
2005	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	51,20%	48,70%

	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	46,10%	53,80%
	Escola Municipal 30 de Agosto	64,20%	35,70%
2014	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	47,60%	52,30%
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	48,50%	51,40%
	Escola Municipal 30 de Agosto	57,20%	42,70%

Escola Rural - 5º ao 9º ano			
Ano	Escola	Masculino	Feminino
1988	Escola Municipal Dom José Thomaz	42,60%	57,30%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	66,60%	33,30%
	Escola Municipal José Filadelfo Araújo	33,80%	66,10%
1997	Escola Municipal Dom José Thomaz	53,10%	46,80%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	55,80%	44,10%
	Escola Municipal José Filadelfo Araújo	55,50%	44,40%
2005	Escola Municipal Dom José Thomaz	51,10%	48,80%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	62,60%	37,50%
	Escola Municipal José Filadelfo Araújo	56,30%	43,60%
2014	Escola Municipal Dom José Thomaz	50,09%	49,90%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	49,02%	50,97%
	Escola Municipal José Filadelfo Araújo	56,80%	43,10%

fonte: Dados obtidos no Arquivo Central de Itabaiana e na Secretária Municipal de Itabaiana.

Paulatinamente, no município de Itabaiana as meninas passam a frequentar as escolas, mas como é de constatar, poucas dão prosseguimento nos estudos. As principais motivações para este fenômeno são: união matrimonial e tarefas domésticas que as meninas são ensinadas a seguirem. Essa análise só se tornou possível pelo fato de que foram encontrados alguns detalhamentos nos próprios diários dos anos de 1988 e 1997 sobre a desistência, e então foi constatado que grande parte do abandono/evasão foi para a união matrimonial (fenômeno ainda visto na atualidade), sendo principalmente na área rural, como havia anotado em algumas páginas dos diários.

As datas em que eram mais frequentes estes abandonos eram entre 1988 e 1997, e podemos relacionar essa modificação na valorização, mesmo que muito lenta, como um efeito da CF de 1988 e com a LDB/96. Pois com a Constituição o município tem maior passe livre para criar os seus sistemas de ensino, e com a LDB/96 a educação passa a ser obrigatória e

gratuita para crianças de 4 a 17 anos, o que impulsiona a população lentamente a frequentar as escolas.

É possível verificar a partir da **TABELA 3**, que o ano de 1997, referente à Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto e Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos, as quais são da área urbana, não estão com os dados referentes à quantidade de alunos dividida por gênero e por área (**TABELA 2**), urbana e rural, devido à falta de dados no Arquivo Central. Os diários não foram encontrados, mesmo procurando os diários nos vários compartimentos. Outro adendo importante quanto à falta de dados é que não foram localizados os diários dessas escolas referentes aos anos de 2005 e 2014 na Secretaria Municipal de Itabaiana. Então foi informado que os diários poderiam estar nas próprias escolas, o que também não foi localizado.

TABELA 3: Aprovação, Reprovação, Evasão e Transferência de alunos por gênero.

Ano	Escola Rural	Aprovado		Reprovação		Abono		Transferido	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1988	Escola Municipal Dom José Thomaz	11,71%	24,21%	13,28%	19,53%	10,15%	14,08%	3,90%	3,12%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	-	8,33%	25%	25%	41,66%	-	-	-
	Escola Municipal José Filadelfo de Araújo	13,23%	35,29%	19,11%	27,94%	1,47%	2,94%	-	-
1997	Escola Municipal Dom José Thomaz	25,17%	20,14%	24,46%	17,98%	4,31%	3,59%	0,71%	3,59%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	13,95%	18,60%	37,20%	25,58%	3,87%	-	0,77%	-
	Escola Municipal José Filadelfo de Araújo	24,24%	22,22%	25,25%	15,15%	6,06%	7,07%	-	-

Ano	Escola Urbana	Aprovado		Reprovação		Abono		Transferido	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1988	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	11,25%	17,50%	26,25%	23,12%	12,50%	9,37%	-	-
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	7,69%	11,53%	19,23%	15,38%	23,07%	23,07%	-	-
	Escola Municipal 30 de Agosto	3,57%	17,85%	35,71%	32,14%	3,57%	7,14%	-	-
1997	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto								
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos								
	Escola Municipal 30 de Agosto	9,09%	31,81%	18,18%	6,81%	9,09%	6,81%	9,09%	9,09%

fonte: Dados recolhidos no Arquivo Central.

Então, a partir da análise que pode ser feita a partir dos dados da tabela anterior se tornou possível concluir que não existe uma discrepância entre as matrículas em relação ao gênero, porém pode-se perceber que na área urbana as porcentagens do gênero feminino nos

anos selecionados são em grande parte maiores, já na área rural percebe-se que a matrícula do gênero masculino continua ou igual, ou decresce. Então é importante ressaltar que ambos os gêneros, com o decorrer dos anos, estão se igualando com o avanço de matrículas, no que pode também refletir na alfabetização feminina como pode ser visto no artigo “Gênero e alfabetização no Brasil de 1940 a 2000: A História quantitativa da relação” de Alceu Ravello Ferraro, pois, segundo o autor, com tamanho avanço do gênero feminino nos intermeio da educação estão, por sua vez, a ultrapassar o masculino, verificamos então que:

[...] relativo ao Censo 2000, sugere que tal recuperação está tornando-se cada vez mais improvável, na mesma medida em que a vantagem feminina se aprofunda e se estende a grupos de idade mais avançada. Com efeito, é no gráfico 4, referente ao ano 2000, que se evidencia o caráter irreversível da transformação que veio manifestando-se desde o censo de 1940. Agora, a estrutura de idade é repartida aproximadamente ao meio: as mulheres apresentam taxas mais elevadas de alfabetização em todos os grupos de 5 a 9 até 40 a 44 anos, continuando em desvantagem (até o próximo censo!) em todos os grupos a partir de 45 a 49 até 80 anos ou mais. Isto significa que, no Censo 2000, as mulheres são mais alfabetizadas que os homens na maior parte dos grupos de idade que compõem a PEA (População Economicamente Ativa: 10 a 64 anos). Além disso, no momento em que se encaminha para publicação este trabalho (março de 2009), as mulheres já devem ter superado os homens, em termos de taxa de alfabetização, pelo menos também no grupo de 45 a 49 anos, no qual, no ano 2000, a diferença que as separava destes não alcançava 1% (83,9% contra 84,8). (FERRARO, p. 39, 2009)

Os motivos que podem ser constatados a partir dos dados e de uma análise bibliográfica é que em primeiro lugar existe a inclusão do gênero feminino nas escolas e que com os anos posteriores a 1988 a inclusão passa a aumentar, ao menos na área urbana mostra-se crescente. Na área rural o motivo pelo qual existe um número inferior do gênero feminino pode ser explicado pelo motivo de que possivelmente exista uma menor conscientização da importância de frequentar a escola e também pelo fato de que existe uma prioridade em ajudar a família nos afazeres da casa e do campo.

Logo, é necessário mostrar que, por mais que haja uma grande taxa de matrícula de meninos nas escolas, a taxa de repetência ou evasão, verificado da **TABELA 3**, é numa grande proporção, tanto na área rural, partindo da análise do ano de 1997, quanto a área urbana, também em 1997. Também no artigo “Gênero e alfabetização no Brasil de 1940 a 2000: A História quantitativa da relação” de Alceu Ravello Ferraro, é posto como motivação para a grande reprovação/evasão escolar por parte dos meninos justamente a necessidade de ajudar a família nos afazeres relacionados ao campo, como é possível ver a seguir:

O terceiro ponto relacionava-se com a busca de explicação para a mudança. Esta inferioridade – agora dos meninos em relação às meninas em termos de taxa de

alfabetização – se deveria, segundo o estudo, ao fato de que “os meninos são [eram] aproveitados mais do que as meninas para trabalhos manuais, ficando amiúde impedidos de frequentar a escola primária” (Ibidem, 389). Dito de outro modo, essa inferioridade resultaria do fato de os meninos serem mais utilizados do que as meninas em trabalhos extras domésticos, especialmente rurais (Ibidem, p. 434). (FERRARO, 2009, p. 35)

Como forma de resumir o entendimento desta primeira parte, apresentarei as primeiras conclusões sobre o fracasso escolar ligado ao gênero e localidade. Em primeiro lugar observou-se que a inserção do gênero feminino na escola foi tardia quando comparado aos homens, até porque durante um longo tempo o gênero feminino era visto somente para cuidar do lar, o que vem mudando com o passar do tempo este contexto social. Então vemos aqui primeiramente a influencia do contexto social e famílias influencia para o fracasso do aluno, aplicando-se principalmente aos anos de 1999 e 1997.

Em segundo, entende-se que essas modificações no contexto educacional vêm se alterando, mesmo que a passos lentos, a partir da CF, da LDB/96 e da criação de fundo para investimento na educação (FUNDEF, posteriormente o FUNDEB), pois estes com suas novas normas garantiram a educação gratuita e obrigatória, com o processo de municipalização e, ainda, com os investimentos que pode ser feito através dos Fundos que foram criados, pode-se perceber melhora quantitativamente e qualitativamente o ensino. Claramente tal fenômeno ainda não ocorreu, e nem ocorre, como se espera, mas há modificações significativas vista no município de Itabaiana, contudo esta realidade não se faz presente em todos os municípios.

Em terceiro, e por último, tivemos uma apresentação de dados em relação as taxas de matrículas do gênero masculino e feminino, comparando-os com o meio urbano e rural. Neste ponto, podemos verificar novamente o contexto familiar influenciando na educação, contudo, a questão familiar não está sozinha, com ela vem o contexto social e econômico, que implicam em alunos fracassados. Contudo os dados apontam que o gênero feminino mostra-se crescente quando comparada com o gênero masculino, principalmente na área urbana. Já na área rural o gênero masculino mostra mais insucesso que o gênero feminino, o que nos leva a concluir que ambos ainda contribuam com tarefas do campo e domésticas. Ainda mais o gênero masculino, que mesmo com a taxa de matricula aproximada do gênero feminino, torna-se vitimas do fracasso escolar, seja pela reprovação ou pela evasão.

2.6 Análise do fracasso escolar no Município de Itabaiana através dos dados e da literatura

Partindo agora dos resultados recolhidos sobre a relação aprovação, reprovação, evasão e transferência e partindo das interpretações feitas a partir das bibliografias utilizadas, poderemos focalizar e assimilar nas interpretações sobre o fracasso escolar no município de Itabaiana, assim como finalizar com uma visão sobre os efeitos da municipalização em Itabaiana. Seguimos com a análise a partir da tabela a seguir:

TABELA 4: Aprovação, reprovação, evasão e transferência por ano.

Ano	Escola Urbana	Aprovado	Reprovação	Evasão	Transferido
1988	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	28,75%	<u>49,37%</u>	21,87%	-
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	19,23%	<u>34,61%</u>	<u>46,15%</u>	-
	Escola Municipal 30 de Agosto	21,42%	<u>67,85%</u>	10,71%	-
1997	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	-	-	-	-
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	-	-	-	-
	Escola Municipal 30 de Agosto	40,90%	25%	15,90%	18,18%
2005	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	55,33%	31,79%	7,76%	5,09%
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	57,89%	25,91%	6,07%	10,12%
	Escola Municipal 30 de Agosto	88%	4%	4,80%	3,20%
2014	Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto	67,04%	21,21%	4,51%	7,22%
	Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos	73,61%	12,50%	6,48%	7,40%
	Escola Municipal 30 de Agosto	76,95%	9,29%	2,23%	11,52%

Ano	Escola Rural	Aprovado	Reprovação	Evasão	Transferido
1988	Escola Municipal Dom José Thomaz	35,93%	<u>32,81%</u>	24,21%	7,03%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	8,33%	50%	41,66%	-
	Escola Municipal José Filadelfo de Araújo	48,52%	<u>47,05%</u>	4,41%	-
1997	Escola Municipal Dom José Thomaz	45,39%	<u>42,44%</u>	7,91%	4,31%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	32,55%	<u>62,79%</u>	3,87%	0,77%
	Escola Municipal José Filadelfo de Araújo	46,46%	<u>40,40%</u>	13,13%	-
2005	Escola Municipal Dom José Thomaz	59,19%	26,88%	8,96%	4,95%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	58,62%	28,73%	5,17%	7,47%
	Escola Municipal José Filadelfo de Araújo	67,28%	22,22%	8,64%	1,85%

2014	Escola Municipal Dom José Thomaz	69,89%	19,89%	4,92%	5,47%
	Escola Municipal Drº Florival de Oliveira	71,36%	18,77%	5,63%	4,22%
	Escola Municipal José Filadelfo de Araújo	70,44%	22,16%	2,95%	4,43%

fonte: Arquivo central de Itabaiana e Secretaria da Educação de Itabaiana.

Legenda: Números em **negrito** representam a taxa de aprovação superior a de reprovação, evasão e/ou transferência. Números em *Itálico* representam que a numeração está próxima ou igual a taxa de aprovação. Números em sublinhado representam que a numeração está acima da taxa de aprovação.

Através da tabela com os dados que representam a taxa de aprovação, reprovação, evasão e transferência, pode-se perceber claramente que, tanto na área urbana, quanto na área rural do município de Itabaiana as taxas de reprovação e evasão estão acima da taxa de aprovação pelo menos nos anos 1988 e 1997.

As causas, como já foram discutidas inicialmente, tem uma grande variabilidade. Inicialmente devemos fazer a análise segundo os anos. O que podemos entender desses resultados a partir dos anos escolhidos?

Sabe-se que em 1988 foi promulgada a Constituição Federal em que apresenta propostas para melhorias para com a educação brasileira, assim como a conhecida municipalização. Nas principais propostas vê-se a tentativa de levar a educação para todos, pontuando que esta incumbência é do Estado e da família. É nesse momento que os municípios, como o auxílio dos Fundos e também, por vezes, dos seus próprios orçamentos, que irão criar os seus sistemas de ensino, como uma tentativa de auxiliar o acesso a escola.

Com a organização da educação brasileira através da CF/1988 consolidada pela LDB 9.394/96 é que damos início a uma análise e vemos que no seu primeiro ano os resultados não são satisfatórios por ter uma taxa de reprovação e evasão muito alta tanto nas escolas urbanas quanto rurais. Para tanto, teve-se a ideia de utilizar as mesmas escolas nos anos posteriores, pois assim seria possível verificar se houve algum progresso na educação.

Até então, como já foi discutido, a taxa de reprovação e evasão mostram-se elevadas no ano de 1988 e 1997 pelo fato do contexto sócio familiar, no qual o aluno, seja do gênero feminino ou masculino, precisa atuar nas atividades domésticas ou no campo. Além do mais, o incentivo nesses primeiros anos, não era o bastante para que passassem a frequentar escolas.

Quanto às atividades no campo, exercida geralmente pelo gênero masculino, ainda tem a influência do contexto econômico, pois como o município de Itabaiana tem sua economia fortemente movimentada pelo comércio agrícola, tem-se que produzir para gerar renda, e com

menos ajuda dos próprios familiares, produz menos, e como consequência tem-se menos renda.

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e bases que tem por objetivo segundo o artigo primeiro:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (DE DIRETRIZES, Lei. Bases da educação Nacional. 1996.)

Então, através das propostas aplicadas na educação a tendência de haver melhorias no ensino é instigada, e através dos dados podem-se notar alguns avanços. A área rural não tem avanços na taxa de reprovação, mas em questão de evasão é verificada a diminuição.

Além da LDB 9.394/96, que visa instigar o direito da criança em ter acesso a educação, temos também o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que visa proteger a criança e o adolescente de forma que torne possível que estas criança acessem a escola, por exemplo. Deste modo, o ECA vem assegurar que crianças não devem trabalhar, somente no caso de ser maior de 14 anos e que seja como aprendiz. Podemos encarar esta lei como uma das medidas que auxiliaram nas mudanças do cenário educacional, ou seja, com ela agora as crianças poderiam somente estudar. Mas claro que esse cenário ainda está em desenvolvimento, pois ainda na atualidade em casos esporádicos existem crianças que ainda ajudam com tarefas.

Também temos que lembrar que em 1995 surge o FUNDEF (Fundo de Manutenção do ensino e valorização do magistério), que em 2007 fora substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), para redistribuição de investimentos na educação, com a seguinte proposta:

Por seu turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 233/95, que originou a EC nº 14/96 vai propor a criação do FUNDEF como estratégia para garantir as condições financeiras de funcionamento deste novo sistema municipal de ensino. Tanto essa CF, quanto a nova LDB8, assim como a Lei nº 9.424/96 que regulamenta o FUNDEF9, indicam aspectos em que a colaboração entre os entes federados deve ser observada, sobretudo em relação à divisão de encargos e de planejamento, e ao estabelecimento de normas. (SOUZA; FARIA, 2004, p. 930)

Infelizmente no ano de 1997 os dados das instituições Escola Municipal Profª Mª Faustina Barreto e Escola Municipal Profª Mª Elizete Santos, da área urbana, não foram localizados. Mas baseando-se nos resultados das escolas da área rural, estes ainda não apresentam melhorias significativas.

Então, com o respaldo da obra “Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural”, já mencionada no decorrer do artigo, pode-se perceber que realmente as variáveis que contribuem para um baixo rendimento escolar, ou melhor, o fracasso escolar pode existir/coexistir por conta do contexto econômico e social, o contexto familiar, o sistema educacional, os centros docentes, a sala de aula e por último, a própria disposição do aluno, o que, por sua vez, engloba a questão das atividades domésticas como fator econômico e familiar.

Com o acesso aos diários foi possível observar os motivos da evasão através anotações feitas pelos próprios professores. Os casos encontrados de evasão por conta de trabalho (maior parte) ou porque aderiram à união matrimonial, não focalizando, portanto, nos estudos.

Com a junção dessas medidas no município de Itabaiana é possível observar, anos mais tarde, como fora proposto no recorte temporal deste relatório, que em 2005 as taxas de aprovação, tanto na área urbana, quanto rural, são superiores as taxas de reprovação e evasão, podendo nos levar a conclusão de que essas medidas para o município foram apropriadas até então. Podemos também se lembrar da tabela sobre o impacto sócio populacional, que a partir de 2003 passou a ter um elevado aumento de alunos nas escolas. Mas será que estes aumentos não se deve a tentativa do município em instigar um maior numero de alunos para que assim possa receber uma maior verba?

Também se faz importante lembrar-se das políticas públicas que foram criadas para sanar os problemas específicos do país e que já foram apresentadas no decorrer da pesquisa. Como já vimos o intuito dessas medidas teve/tem como meta alcançar as camadas mais necessitadas da população, para que estas tenham direito ao acesso a educação, e que por sua vez não desistam de aprender, sem precisar deixar o ensino de lado para poder se empenhar nas tarefas domésticas.

Não podemos esquecer-nos do Programa Bolsa Família, criado em 2003, coincidindo também como o aumento de alunos nas escolas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, “o Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.” que busca agir diretamente no acesso a escola, a saúde e a assistência social.

Contudo um dos pré-requisitos para poder receber o Bolsa Família, ou mesmo como é chamado pelo MDS de condicionalidades, é a frequência escolar. Deste modo, conforme as informações colhidas no site do MDS, os responsáveis devem matricular as crianças e os

adolescentes de 6 a 17 anos na escola e a frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês.

Este é um exemplo das estratégias que o governo criou para que houvesse uma maior quantidade de alunos nas escolas, o que mostra, até este momento, um interesse quantitativo. E por parte das famílias vemos que agora eles poderão ter condições de custear minimamente aquela criança na escola. A partir disto, pode-se considerar que houve maior incentivo para que estas frequentassem a escola.

A partir de então, pode-se também entender que se alteraram os motivos que levavam os alunos ao fracasso. Pois se passou a criar métodos de investimento maior por parte do governo, mesmo que ainda não seja o esperado, e agora no contexto familiar há motivos para que estes alunos frequentem as escolas. Então um dos principais motivos que se pode apontar é a falta de interesse dos alunos para com os estudos.

Agora apontando para a análise do último ano do recorte temporal, vemos que no ano de 2014 as taxas de aprovação dos alunos aumentaram, e de acordo com os dados, as medidas governamentais propostas no município de Itabaiana teve progresso, mas que mesmo assim não podemos deixar de problematizar.

Uma das problematizações que podemos levantar é se mesmo com a taxa elevada de aprovação os alunos estão aprendendo efetivamente. Para isso temos o Ideb, que com a aplicação de provas em algumas escolas verificará se tais alunos estão bem quanto aos conhecimentos básicos.

No entanto uma das condições para a escola participar das avaliações, como já foi abordado inicialmente, é a quantidade de alunos na escola. De acordo com a lista de escolas que participam da avaliação, foi possível verificar que seis destas foram as selecionadas para analisar as taxas de aprovação, reprovação, evasão e transferência, utilizando do mesmo pré-requisito. Sabemos também que no município de Itabaiana, até o ano de 2014, havia 57 escolas, destas participavam 20 escolas, de acordo com os últimos dados do Ideb. Então, podemos concluir que estas escolas selecionadas também recebam uma maior atenção para que se possam alcançar as metas, e são justamente elas que tem um aumento da taxa de aprovação. Mas quanto às outras escolas da rede do município de Itabaiana, será que há condições suficientes para a manutenção dos alunos, ou elas ficam sempre em último para as possíveis melhorias?

3 Conclusão

O intuito principal desta pesquisa foi apresentar a discussão sobre a história da municipalização do ensino em Itabaiana no período de 1988 a 2014. Tomou como base a História do Tempo Presente e sua aplicação no campo da História da Educação. Esta vertente possibilitou trabalhar com um marco temporal em que os agentes da história ainda estão vivos, e, ainda, que o ponto de partida é uma ruptura/fracção no sistema educacional, em que se estabelece que os municípios agora não sejam mais subsistemas, e sim terão suas incumbências para com a educação podendo formar seus sistemas de ensino. Tal ruptura ocorre com a CF de 1988 e que ainda está presente até os dias atuais mostrando suas transformações na sociedade. Outra possibilidade que existe ao se trabalhar com o Tempo Presente é o leque de fontes que se abre, como já foi discutido.

Para tornar possível a discussão sobre a municipalização do ensino em Itabaiana, na primeira parte da pesquisa foi elaborada uma análise da distribuição da malha escolar municipal; dos programas de financiamento criados para implementação da rede municipal de educação; das formas de seleção e formação continuada de professores; e dos impactos sócios populacionais nas comunidades atendidas pela nova rede de escolas.

Na segunda parte, foi realizada uma discussão baseando-se na perspectiva do “fracasso escolar”, e após a explanação que foi feita sobre o tema, foram utilizados os dados do rendimento escolar (aprovação, reprovação, evasão e transferência) dos alunos referentes aos anos de 1988, 1997, 2005 e 2014 das seis escolas que possuem mais alunos no município, que participam da Prova Brasil, e que tenham sido criadas antes ou no ano de 1988. Por fim, durante a discussão foi possível correlacionar os dados da primeira parte da pesquisa com esta segunda como forma de complementar e auxiliar na interpretação dos dados.

Durante o desenvolvimento do trabalho houve o empecilho de se obter informação por meio de alguns funcionários da Secretária da Educação de Itabaiana. Logo, foi possível somente recolher os dados dos arquivos que disponibilizaram. Contudo, com o que foi recolhido buscou-se analisar e interpretar para poder desenvolver o estudo, assimilando também com as leituras que foram feitas no decorrer da pesquisa.

No primeiro ponto, foi possível concluir que por meio do processo de municipalização, no qual incumbe o município de colaborar para com a educação por meio da construção dos seus sistemas de ensino, reverberou na maior distribuição da malha escolar e uma organização quanto ao local onde construir as escolas, para que uma somente consiga atender alunos dos povoados/aglomerações próximos, portanto passou a estudar os locais

mais estratégicos como foi mencionado pela funcionária da Secretaria da Educação de Itabaiana. Esta necessidade surgiu após muitas escolas criadas durante a década de 70 serem fechadas por falta de alunos da região, ou por conta da região ter um nível de periculosidade mais alto que outras regiões do município.

Quanto aos programas de financiamentos, vimos o FUNDEF que perdurou até o ano de 2006, e que no ano seguinte fora substituído pelo FUNDEB, que por sua vez vigorará até o ano de 2020. O FUNDEB, por sua vez, foi criado com uma das intenções de abranger o financiamento para a Educação Infantil, e não só para o Ensino Fundamental. Além destes programas de financiamento também existiram/existem em Itabaiana os programas Mais Educação, regulamentado pelo decreto 7.083/10; PNAE (Alimentação Escolar), considerado como o programa mais antigo, foi criado em 1955; PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), criado em 1995, porém só em 2009 passou a ser destinado para toda a Educação Básica; Programa Mais Cultura nas Escolas, criado em 2014; Programa Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola) criado em 2014.

Tais fundos mostram-se importantes para a continuidade dos sistemas públicos de educação, para que assim as crianças mais carentes, em sua maior partes são as que mais necessitam que estas redes de ensino existam, possam ter acesso à educação e que assim possam modificar os seus futuros. Com o intuito também de combater o analfabetismo, problemática que desde o Império buscam solucionar, criam os métodos de verificação do andamento da aprendizagem dos alunos, contudo esta medida só foi incluída em 1995 através da SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação). Em 2005 foi complementada pela Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica) e, ainda, a partir de 2013 passou a fazer parte a ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização). Estas avaliações como foi apontado durante o desenvolvimento da pesquisa, tem metas a serem alcançadas a cada ano que pretendem mostrar o desenvolvimento dos alunos. No município de Itabaiana percebe-se que em alguns anos os alunos conseguem alcançar as metas estipuladas pelo Inep ao realizarem a Prova Brasil, contudo tais dados não se mostram muito acima da meta, e sim na meta. Portanto, mostra que o desenvolvimento dos alunos continua lento.

Estes programas de financiamento também serviam para o município como forma de pagar os salários dos professores. Estes professores para que pudessem ensinar na rede municipal anterior a 1997 era por meio da proximidade com os prefeitos, o que mostra a sujeição à política de gestão. Então é a partir de 1997 que há o primeiro concurso, porém este concurso é direcionado àqueles que eram celetistas na rede e que a partir do concurso seriam

efetivados. Somente em 2000 há outro concurso público para a admissão de professores que ainda não eram da rede, e após esse houve concurso somente em 2010. Deste modo, durante esse longo período de 2000 a 2010 esteve, ainda, ativa a sujeição a política de gestão, para o qual os professores seriam contratados a cada ano, e, por vezes, se aquele professor não foi do lado do partido que estava no poder o professor não seria recontratado/contratado.

Quanto à formação continuada de professores percebe-se no município de Itabaiana que há carência de políticas públicas para a formação continuada de professores, que, por sua vez, tem grande importância para o próprio desenvolvimento do professor, pois, por exemplo, se um professor não estiver capacitado o suficiente com o português não terá condições de repassar os seus conhecimentos para os alunos. Ou, por exemplo, se o professor não for capacitado para trabalhar com os alunos do campo, para atuar de acordo com as necessidades locais, o seu trabalho nas áreas rurais não será o apropriado. Então, como foi perceptível, o município precisa ter uma maior disponibilização de formação continuada para os professores.

Voltando-se agora para os impactos sócio-populacionais no município de Itabaiana, percebemos que com o processo de municipalização houve uma maior inserção de alunos nas escolas, até pelo motivo de que com a lei que consolida a CF DE 1988, LDB 9.394/96, aponta a obrigatoriedade e gratuidade do ensino para crianças de 4 aos seus 17 anos, a partir de então o ensino passou a ser obrigatório. Contudo, foi perceptível que houve uma alta significativa no ano de 2003 por diante. Ao ser realizadas as buscas desta causa pode-se verificar que no ano de 2003 passou a vigorar o Programa Bolsa-Família, que como já foi abordado, foi aplicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que, por sua vez, põe em uma de suas condicionalidades a frequência das crianças a escola, o que reverbera positivamente no quesito quantitativo no aumento de alunos na escola. Para chegar a tal conclusão também temos apoio ao do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no qual as crianças até os seus 14 anos não poderão exercer nenhum tipo de trabalho, pois estes atrapalharão no seu desenvolvimento quanto crianças reverberando também nos seus estudos.

A partir de então serão apresentadas as conclusões da segunda parte da pesquisa assimilando os dados com a primeira parte da pesquisa. Iniciamos tratando da representação do “fracasso escolar” apresentando a visão deste a partir das bibliografias, e concluímos que o “fracasso escolar” está presente entre os alunos, mas que estes se tornam fracassados devidos as enormes variáveis que estão presentes no seu desenvolvimento, seja social, econômico, familiar, da própria rede de ensino, e, por fim, por decisão própria de não querer estudar. Com

base nessas abordagens foi que tornou-se possível fazer interpretações sobre o fracasso escolar no município de Itabaiana através dos dados do rendimento escolar colhidos.

Num primeiro passo foram analisadas as taxas de reprovação e evasão comparando os gêneros masculino e feminino dentro da escola. As conclusões possíveis que se pode chegar é a de que o gênero feminino, assim como o gênero masculino, nos anos de 1988 e 1997 mostra-se com os níveis de reprovação e evasão altos quando comparados com a taxa de aprovação. E a partir de leituras e dos próprios dados colhidos, foi possível constatar que os impedimentos destes períodos na educação destes alunos, ou seja, o que os tornaram fracassados. Deste modo, podemos dizer que o gênero feminino teve suas taxas nestes períodos altas devido a grande responsabilidade que lhes eram passadas de ajudar com as tarefas domésticas, ou mesmo estas se casavam mais cedo, mostrando a influência do contexto familiar no seu desenvolvimento educacional. Já os representantes do gênero masculino tinham responsabilidades para com o serviço no campo, auxiliar na renda familiar com o seu trabalho.

Quanto às taxas analisadas através das localidades, urbana X rural, nos anos de 1988 e 1997 é visível que não há muitas diferenciações, até porque neste momento o município de Itabaiana está em desenvolvimento para que possa se obter uma diferenciação, já que toda a economia itabaianense é voltada para a agricultura.

Nessas diferenciações feitas em relação ao gênero não pode ser feita nos anos de 2005 e 2014 por conta da não localização dos diários, e nos dados que a Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana obtém não tem uma amostra por gênero, por este motivo não foi possível prosseguir com esta análise.

Agora voltando para a análise que foi elaborada a partir do rendimento escolar em relação aos anos selecionados e percebemos que após os anos de 1988 e 1997, especificamente nos anos de 2005 e 2014 há uma melhora nas taxas de aprovação em relação às taxas de reprovação e evasão. Isso pode ser explicado pelas mudanças que ocorreram nos anos de 1988 e 1997, com a promulgação da CF de 1988 e com a consolidação desta pela LDB 9.394/96, e ainda com o apoio da ECA, que só vieram reverberar nos anos posteriores. Contudo, ainda há taxas de reprovação e evasão, e agora, possivelmente, estes resultados sejam influenciados majoritariamente pela escolha do aluno por não ter muita vontade de estudar.

No entanto, um ponto importante que concluímos é que as escolas que foram analisadas nesta segunda fase são as que estão inseridas na seleção de escolas que participam

da Prova Brasil, ou seja, será que essas escolas que estão incluídas para a prova não recebem mais atenção para que possam alcançar a meta do Ideb e assim possam dar a entender que a educação do município segue como o esperado?

Com base na análise dos dados coletados sobre a municipalização do ensino, pode-se perceber pontos positivos para a educação em Itabaiana, uma vez que houve uma melhor distribuição de escolas, políticas públicas, e ainda os fundos e os programas do governo como Bolsa Família para auxiliar a população mais carente a acessar as escolas. Contudo, a municipalização possibilitou vícios, como a ausência da política de estado sujeita a política de gestão, no qual, basicamente, tudo é em torno de quem está representando o município, pois a cada mudança desta primeira abre a possibilidade de mudança de toda a gestão administrativa, assim como dos próprios agentes da educação, os professores. Isto também reverbera na organização e armazenamento das informações referente a cada gestão, pois como foi possível ver no andamento da pesquisa que muitos documentos não existiam mais por conta destas mudanças.

Para concluir sabemos que os processos como os do contexto educacional, mudam-se aa passos longos, assim como o contexto econômico e social. Diferentemente da política que necessita de um espaço de tempo muito menor para modificar-se. Devido a isto, a educação e suas modificações somente reverberam anos depois, e mesmo assim ainda não conforme o previsto.

4 Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Lex*: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: O Serrano, 1973.

_____. **Vila de Santo Antonio de Itabaiana**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2009, p. 288.

CHIARADIA, Nilda Stecanela. **Um olhar para além do fracasso escolar**: um estudo de caso nas turmas de progressão da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul-RS: Escola Municipal Machado de Assis. 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Red **Revista Brasileira de Educação**, 2000.

FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.v

FNDE. Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em 10 de abril de 2016.

_____. Bolsa Família. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso no dia 20 de janeiro de 2018.

_____. Dinheiro direto na escola. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>. Acesso em 10 de abril de 2016.

_____. FUNDEB apresentação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em 10 de abril de 2016.

_____. Salário Educação entendendo-o. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>. Acesso em 10 de abril de 2016.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IBGE, Itabaiana. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280290&search=sergipe|itabaiana>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

IDEB, Resultado. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4344162>. Acesso em 17 de março de 2016.

LEITE, Lilian Ianke. História do Tempo Presente e História da Educação: reflexões necessárias. In: **X EDUCERE Congresso Nacional de Educação**, 2011, Curitiba. EDUCERE: X Congresso Nacional de Educação. Curitiba: Champanhat, 2011. v. 1. p. 610-621.

LOPES, Eliane Marta TEIXEIRA; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001 (Coleção O que você precisa saber sobre).

MARCHESI, Álvaro et al. **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEC, Programas e Ações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es>. Acesso em 30 de março de 2016.

Ministério da Cultura, Mais cultura nas escolas. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas>. Acesso em 25 de abril de 2016.

MOTA, Ademar Benedito Ribeiro da. **A história da municipalização do ensino no Brasil**. Uniso – Universidade de Sorocaba.

PINHEIRO, Maria Francisca. O Público e o Privado na Educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção memória da educação). p. 255 – 291

Prefeitura de Itabaiana/SE, Portal da Transparência. Disponível em: <http://servicos.itabaiana.se.gov.br/transparencia/>. Acesso em 31 de novembro de 2015.

Qedu, Aprendizado. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/5510-itabaiana/aprendizado>. Acesso em 6 de abril de 2016.

SANTOS, Maria Nele dos. **A vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850 – 1888)**. Campinas, 1984.

SARI, Marisa Timm. Desafios à organização dos sistemas municipais de ensino no Brasil: Elementos constitutivos, colaboração federativa e qualidade da educação. **Sistemas educacionais: Concepções, tensões, desafios**, p. 217-244, 2015.

SARMENTO, Diva Chaves. **Criação dos sistemas municipais de ensino**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1363-1390, 2005.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. História da educação do tempo presente: bases teórico-metodológicas. **Filosofia e Educação**, v. v.3, p. 295-312, 2011.

SILVA, Antonia Almeida. **Municipalização do Ensino Fundamental: de Anísio Teixeira aos embates contemporâneos.** 1999. p. 143-157.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação,** v. 12, n. 45, p. 925-944, 2004.

Tesouro Nacional, Mostra no RP. Disponível em: <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::MOSTRA:NO:RP::>. Acesso em 20 de abril de 2016.

6 Anexos

ANEXO 1

Escolas inativas da área rural

PASTA	CÓDIGO	ESTABELECIMENTO	LOCAL	ANO
1	1	Escola Municipal 15 de novembro	Açude da Marcela	1983 e 1984
	2	Escola Municipal Águia Branca	Águia Branca	1971 a 1974
2	3	Escola Municipal Santa Gorete	Bastião	1974 a 1976
	4	Escola Municipal Sr ^a do Carmo	Bastião	1971 a 1976
	5	Escola Municipal Povoado Bastião	Bastião	1971 a 1973
3	6	Escola Municipal N. Sr. Do Bomfim	Batula	1974
	7	Escola Municipal Rui Barbosa	Batula	1975 a 1982
4	8	Escola Municipal Santa Terezinha	Bom Jardim	1971 a 1979
5	9	Escola Municipal São José	Boqueirão	1972 a 1979
9	10	Escola Municipal Sr. Do Bomfim	Cabeça do Russo	1973 a 1976
6	11	Escola Municipal José Sizino de Almeida	Cajaíba	1971 a 1984
10	12	Escola Municipal Otoniel Dórea	Cansanção	1971 a 1974
7	13	Escola Municipal Tobias Barreto	Caraíbas	1972 a 1988
8	14	Escola Municipal Menino Jesus	Carrilho	1972 a 1983
	14	Escola Municipal Santa Terezinha	Curisco	1972 a 1983
10	15	Escola Municipal Papa João XXIII	Cajaíba	1974
	16	Escola Municipal Edson Leal	Congo	1971 a 1974

17	17	Escola Municipal Boaventura José de Menezes	Cajueiro	1973
13	18	Escola Municipal N. Srª Aparecida	Dendezeiro	1972 a 1977
11	19	Escola Municipal Santo Antônio	Dunga	1972 a 1976
27	20	Escola Municipal N. Srª do Rosário	Flexas	1972 a 1974
17	21	Escola Municipal São Francisco	Flexas	1973 e 1974
40	22	Escola Municipal N. Srª do Carmo	Flexas	1972 a 1976
	23	Escola Municipal São Pedro	Flexas	1972 a 1975
16	24	Escola Municipal N. Srª de Lourdes	Forno	1973 a 1977
11	25	Escola Municipal Santo Antônio	Gameleira	1971 a 1975
14	26	Escola Municipal N. Srª da Conceição	Gandu	1977 a 1982
11	27	Escola Municipal São Francisco de Assis	Gandu	1976 a 1978
12	28	Escola Municipal Santa Terezinha	Gandu	1972 a 1975
	29	Escola Municipal Santo Antônio	Gandu	1972 a 1975
	30	Escola Municipal Santo Antônio	João Gomes	1976
	31	Escola Municipal 28 de Agosto	Lagamar	1981 a 1985
	32	Escola Municipal N. Srª do Carmo	Lagoa	1975/77/78
13	33	Escola Municipal N. Srª Aparecida	Lagoa do Forno	1977 a 1978
15	34	Escola Municipal N. Srª de Lourdes	Lagoa do Forno	1974 a 1978
16	35	Escola Municipal Santa Terezinha	Lagoa do Forno	1973 a 1975
17	36	Escola Municipal Olímpio A. de Santana	Malhada Velha	1974
18	37	Escola Municipal N. Srª Conceição	Mangabeira	1972 a 1992
17	38	Escola Municipal Mangabeira	Mangabeira	1971
19	39	Escola Municipal Mangabeira	Mangabeira	1972 a 1974
10	40	Escola Municipal Presidente Médice	Marcela	1975 a 1979
19	41	Escola Municipal Marcela	Marcela	1973 a 1976
	42	Escola Municipal São José	Matapoã	1973 a 1976
20	43	Escola Municipal São Vicente	Mundés	1973 a 1979
21	44	Escola Municipal Santo Antônio	Mundo Novo	1973 a 1976
	45	Escola Municipal Santo Antônio	Murici	1971 a 1975
	46	Escola Municipal N. Srª Aparecida	Nicó	1972 a 1978
22	47	Escola Municipal Santa Terezinha	Oiteirinho	1973 a 1975
23	48	Escola Municipal Acrisio Cruz	Oiteirinho	1985 a 1996
17	49	Escola Municipal Senhor do Bomfim	Oiteirinho	1971

24	50	Escola Municipal Santa Maria da Goreti	Pé do Veado	1973 a 1982
25	51	Escola Municipal Senhor do Bomfim	Pé do Veado	1973 a 1977
	52	Escola Municipal N. Srª de Fátima	Pé do Veado	1971 a 1975
26	53	Escola Municipal N. Srª do Carmo	Pé do Veado	1971 a 1973
	54	Escola Municipal N. Srª de Lourdes	Porções	1970 a 1977
27	55	Escola Municipal N. Srª de Fátima	Prensa	1973 a 1978
10	56	Escola Municipal Eslesbão Olivio Pereira	Queimadas	1973 a 1974
28	57	Escola Municipal N. Srª de Fátima	Queimadas	1972 a 1980
	58	Escola Municipal Rui Barbosa	Queimadas	1972 a 1980
29	59	Escola Municipal N. Srª de Lourdes	Queimadinhos	1973 a 1979
30	60	Escola Municipal Santo Antônio	Ribeira	1972 a 1987
13	61	Escola Municipal Duque de Caxias	Sambaíba	1974
31	62	Escola Municipal N. Srª do Carmo	Sambaíba	1972 a 1977
17	63	Escola Municipal São José	São José	1973 a 1977
32	64	Escola Municipal São Vicente	Serra	1973 a 1978
	65	Escola Municipal Otoniel Dórea	Serra	1975 a 1982
33	66	Escola Municipal Santa Terezinha	Serra	1973 a 1978
34	67	Escola Municipal Serrinha	Serrinha	1971 a 1987
35	68	Escola Municipal Santa Terezinha	Siebra	1971 a 1990
36	69	Escola Municipal São José	Silvestre	1973 a 1975
37	70	Escola Municipal Santa Inês	Sobrado	1972 a 1976
	70	Escola Municipal Tiradentes	Terra Dura	1972 a 1976
13	71	Escola Municipal N. Srª do Sagrado	Terra Vermelha	1973
	72	Escola Municipal Santa Terezinha	Terra Vermelha	1972 a 1975
38	73	Escola Municipal Santo Antônio	Tijolo	1971 a 1975
37	73	Escola Municipal São João Batista	Zanguê	1971 a 1975
39	74	Escola Municipal São Cosme	Várzea do Gama	1971 a 1974
39	75	Escola Municipal Dr. Luiz Garcia	Várzea do Gama	1972 a 1974
40	76	Escola Municipal Santo Antônio	Zanguê	1974 a 1982
41	77	Escola Municipal Costa do Marfim	Zanguê	1974 a 1982

Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Itabaiana. Escolas da área rural inativadas.

ANEXO 2

Escolas Inativas na área urbana

PAST A	CÓDIG O	ESTABELECIMENTO	LOCAL	ANO
1	1	Escola Municipal Antônio Diniz Santana	-	1973 a 1982
2	1	Escola Municipal Antônio Diniz Santana	-	1983 a 1988
3	2	Escola Municipal Betel	Travessa João Paulo II	1990 a 1991
	3	Escola Municipal Betel	Rua Euclides Paes Mendonça	1978/79 a 1986
	4	Escola Municipal Betel	Rua Prof. Lima Júnior	1981 e 1985
	5	Escola Municipal Betel	Travessa Papa Paulo VI	1978 e 1989
	6	Escola Municipal Betel	SEDE	1983, 1986 e 1989
	7	Escola Municipal Betel	Rua Boanerges Pinheiro	1974 e 1975
	8	Escola Municipal Betel	Itabaiana	1973 a 1980
4	10	Escola Municipal D. Pedro I	Rua Santa Cruz	1974 e 1975
	11	Escola Municipal Itabaiana	Rua Santa Cruz	1974 e 1975
	12	Escola Municipal Paraíso	Paraíso	1973
	13	Escola Municipal D. João III	Rua 13de Junho	1974 a 1976
	14	Educandário São José	Bairro São Cristóvão	1971
5	15	Escola Municipal Dr. Elias Andrade	-	1973 e 1976
	16	Escola Municipal Santa Helena	-	1975 e 77/78
	18	Escola Municipal Silvestre	-	1975
	19	Escola Municipal Pe. Arthur Moura Pereira	-	1971 a 1975
	20	Escola Municipal N. Srª das Graças	-	1971 e 1972
	21	Escola Municipal São Pedro	-	1971 a 1975
6	22	Escola Municipal José de Prado Franco	-	1971 a 1993
7	23	Escola Municipal Marise Educandário	-	1971 a 1978
8	24	Escola Municipal N. Sr. do Bomfim	-	1980 a 1990

9	25	Escola Municipal N. Sr. do Bomfim	Bairro São Luiz	1989
	26	Escola Municipal N. Sr. do Bomfim	Rua Coronel Sebrão	1979 e 1988
	27	Escola Municipal N. Sr. do Bomfim	Praça Gal. João Pereira	1978
	28	Escola Municipal N. Sr. do Bomfim	Avenida São Jorge	1978
	29	Escola Municipal N. Sr ^a Aparecida	-	1971 e 1990
11	30	Escola Municipal N. Sr ^a de Fátima	Rua Manoel da Lapa	1975 a 1984
	31	Escola Municipal N. Sr ^a de Fátima	Avenida São Jorge	1978
	32	Escola Municipal N. Sr ^a de Fátima	-	1984 a 1985
	33	Escola Municipal N. Sr ^a de Fátima	Travessa Paulo VI	1975 a 1988
12	34	Escola Municipal N. Sr ^a de Fátima	Rua Percílio Andrade	1976 a 1983
	35	Escola Municipal N. Sr ^a de Fátima	Bairro São Luiz	1978 a 1983
	36	Escola Municipal N. Sr ^a de Fátima	Itabaiana	1975 a 1980
	37	Escola Municipal São José	Itabaiana	1971 a 1980
13	38	Escola Municipal N. Sr. ^a do Rosário	Rua Mons. Constantino	1973 a 1990
14	39	Escola Municipal N. Sr. ^a do Carmo	Avenida São Jorge	1979 a 1977
15	40	Escola Municipal Passos Porto	Rua Coronel Sebrão	1971 a 1976
16	41	Escola Municipal Rotary	Itabaiana	1973 a 1977
17	42	Escola Municipal Rui Barbosa	Rua Esperidião Noronha	1975 a 1977
	43	Escola Municipal Rui Barbosa	Rua Francisco Oliveira	1978 a 1984
18	44	Escola Municipal Rui Barbosa	Rua Francisco Oliveira	1985 a 1993
19	45	Escola Municipal Santa Helena	Rua Prof. Lima Júnior	1971 a 1988
20	46	Escola Municipal Santa Luzia	Bairro Sítio Porto	1974 a 1988
21	47	Escola Municipal Santa Terezinha	Rua Percílio Andrade	1978 a 1988
	48	Escola Municipal Santa Terezinha	Rua Boanerges Pinheiro	1973 a 1977
22	49	Escola Municipal Santa Terezinha	Itabaiana	1971 a 1980
	50	Abrigo de Menores Otoniel Dórea	Rua Quintino Bocaiúva	1974 e 1975
23	51	Escola Municipal Santo Antonio	Rua Quintino Bocaiúva	1971 a 1977
	52	Escola Municipal São Vicente	Rua Percílio Andrade	1979 a 1987
24	53	Escola Municipal São Luiz	Praça Santa Cruz	1973 e 1977
	54	Escola Municipal São Luiz	Rua 07 de Setembro	1976 a 1983
25	55	Escola Municipal São Luiz	Rua Prof. Hilário de Melo Rezende	1978
	56	Escola Municipal São Luiz	Bairro São Cristóvão	1975 a 1987

26	57	Escola Municipal São Vicente	Bairro São José	1971 a 1978
----	----	------------------------------	-----------------	-------------

Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Itabaiana. Escolas inativas da área urbana.

ANEXO 3:

Mudança da denominação das escolas

Antiga Denominação	Nova Denominação	Lei
Grupo Escolar na Praça João Pereira	Grupo Escolar Municipal "Deputado Estadual Euclides Paes Mendonça	Lei Nº 265 de 26.06.64
Escola no Bairro Miguel Teles de Mendonça	Escola do 1º Grau Elizeu Oliveira	Lei Nº 265 de 27.04.89
Escola Rural do povoado Zangê	Escola Municipal Cícero José de Souza	Lei Nº 239 de 30.05.89
Escola no Conjunto Euclides Paes Mendonça	Escola do 1º Grau Nivalda Lima Figueiredo	Lei Nº 641 de 05.07.89
Escola no Bairro Bananeira	Escola do 1º Grau Maria Irene Tavares	Lei Nº 679-A de 26.10.90
Escola Rural do Pov. Várzea da Gama	Escola Rural Eufrosina Francisca de Mendonça	Lei Nº 746 de 21.12.93
Escola Rural do Pov. Pé do Veado	Escola João Tavares da Mota	Lei Nº 775 de 27.06.95
Escola Rural do Povoado Caraíbas	Escola Rural Pedro Alves de Menezes	Lei Nº 948 de 28.06.01
Escola do Pov. Várzea da Cancela	Escola Municipal Liberato Menezes	Lei Nº 950 de 30.07.01
Escola Rural Nicarágua	Escola Municipal José Domingos Professor	Lei Nº 954 de 14.08.01
Escola Rural Lagamar	Escola Municipal Dandara Nunes da Cruz	Lei Nº 955 de 14.08.01
Escola Rural Sobrado	Escola Municipal Prof. Gabriel Andrade	Lei Nº 957 de 14.08.01
Escola Rural Gandú	Escola Maria Clíméria de Jesus	Lei Nº 958 de 14.08.01
Escola Rural do Pov. Terra Dura	Escola Municipal Profª Maria do Carmo Moura	Lei Nº 962 de 23.08.01
Escola Rural Sagrado Coração de Jesus	Escola Municipal Maria Madalena de Andrade	Lei Nº 963 de 23.04.01
Escola Rural Panamá	Escola Municipal João Batista Corcínio	Lei Nº 967 de 20.09.01
Escola Rural Egito	Escola Municipal Antonio Francisco de Oliveira Filho	Lei Nº 968 de 20.09.01
Escola Rural Várzea da Gama	Escola Municipal Eliezer Antonio da Cunha	Lei Nº 976-A de 08.11.01
Escola Rural Terra Vermelha	Escola Municipal Manoel Francisco da Costa	Lei Nº 982 de 06.12.01

Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Itabaiana. Mudança de denominação das escolas.